



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

DATA DA REUNIÃO: VINTE DE MAIO DE DOIS MIL E NOVE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICIPIO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ LUÍS DA SILVA PEREIRA MARTINS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E VINTE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DEZ HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o Senhor Presidente deu conhecimento do seu despacho de quatro do corrente mês de Maio, proferido ao abrigo de competência delegada pela Câmara Municipal, que homologou trabalhos a mais executados na empreitada de “Remodelação e Ampliação do Edifício dos SMAES”, no montante de 15.791,85 € (quinze mil setecentos e noventa e um euros e oitenta e cinco cêntimos) e autorizou a supressão de trabalhos incluídos no contrato inicial no montante de 798,38 € (setecentos e noventa e oito euros e trinta e oito cêntimos).-----

Compensado o valor dos trabalhos a mais com os trabalhos a menos, o acréscimo de custos na empreitada em causa, que foi adjudicada por despacho do Presidente da Câmara de dois de Outubro de dois mil e sete, do qual o executivo camarário tomou conhecimento em reunião de dezassete de Outubro de dois mil e sete, à sociedade INMETRO – Construções Lda., pelo preço inicial de 640.371,46 € (seiscentos e quarenta mil trezentos e setenta e um euros e quarenta e seis cêntimos) mais IVA, foi de 14.993,47 € (catorze mil novecentos e noventa e três euros e quarenta e sete cêntimos).-----

b) Para conhecimento da actividade da câmara municipal, o Senhor Presidente deu conhecimento dos despachos a seguir referidos, por si proferidos ao abrigo de competência própria:

- despacho de quatro do corrente mês de Maio, que adjudicou à sociedade ACA –Alberto Couto Alves, S.A. a empreitada denominada “Complexo Desportivo Municipal – Arranjos Envolventes”, pelo preço de 122.618,72 € (cento e vinte e dois mil seiscentos e dezoito euros e setenta e dois cêntimos), mais IVA.-----



- despacho de vinte e dois de Abril findo, que adjudicou à sociedade Factor Espaço Lda a “Aquisição e Instalação Pré-Fabricada destinada a duas salas de aula em Refojos”, pelo preço de 33.020,00 € (trinta e três mil e vinte euros), mais IVA.-----

- despacho de quinze de Abril último que homologou trabalhos a mais executados na empreitada de “Ampliação do cemitério de Sequeirô” no montante de 16.359,70 € (dezassex mil trezentos e cinquenta e nove euros e setenta centimos) e autorizou a supressão de trabalhos incluídos no contrato inicial no montante de 2.480,00 € (dois mil quatrocentos e oitenta euros).-----

Compensado o valor dos trabalhos a mais com os trabalhos a menos, o acréscimo de custos na empreitada em causa, que foi adjudicada por despacho do Presidente da Câmara de três de Janeiro de dois mil e oito, à sociedade Famavias – Sociedade de Construções Lda, pelo preço inicial de 76.309,95 € (setenta e seis mil trezentos e nove euros e noventa e cinco centimos), foi de 13.879,70 € (treze mil oitocentos e setenta e nove euros e setenta centimos) .-----

- despacho de catorze de Abril findo, que adjudicou trabalhos a mais na empreitada denominada “Recuperação de pavimentos de diversos arruamentos do concelho de Santo Tirso – Reguenga, Refojos, Burgães, Santa Cristina do Couto e Santo Tirso” no montante de 12.956,80 € (doze mil novecentos e cinquenta e seis euros e oitenta centimos), empreitada essa que foi adjudicada à sociedade Mota-Engil-Pavimentações SA por despacho inicial do Presidente da Câmara de onze de Setembro de dois mil e sete, pelo valor de 79.291,73 € (setenta e nove mil duzentos e noventa e um euros e setenta e três centimos);-----

- despacho de quinze de Abril findo, que homologou trabalhos a mais executados na empreitada de “Beneficiação da Escola de Campinhos – Agrela – Arranjos Exteriores”, no montante de 10.899,53 € (dez mil oitocentos e noventa e nove euros e cinquenta e três centimos), empreitada essa adjudicada a António Magalhães Meireles, por despacho do Presidente da Câmara de nove de Setembro de dois mil e oito, pelo preço inicial de 69.926,46 € (sessenta e nove mil novecentos e vinte e seis euros e quarenta e seis centimos).-----

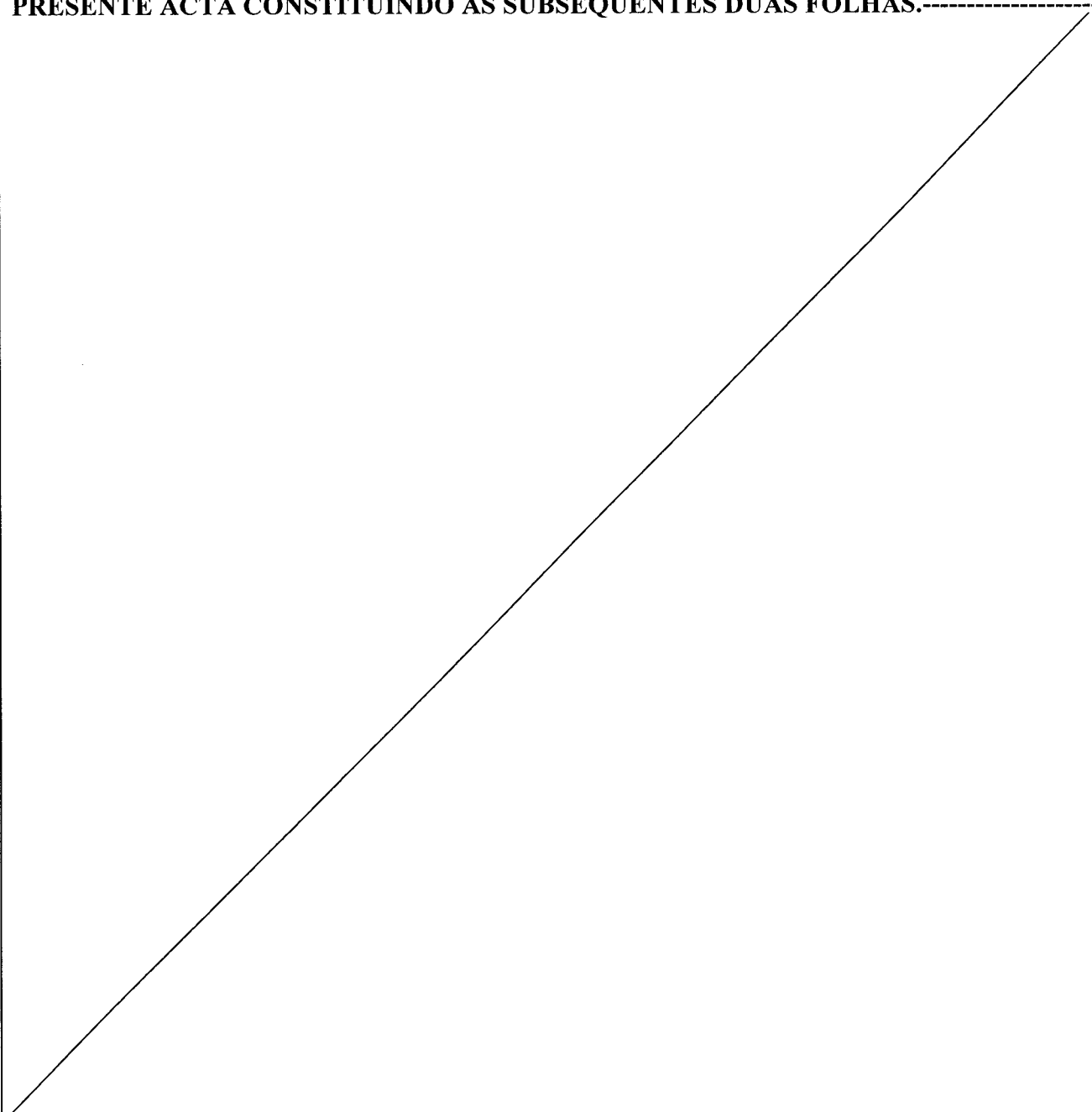


Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Handwritten signature and initials.

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

05

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20/MAIO/2009 – ACTA Nº 10

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (06/05/2009)
- 2 – Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água. Electricidade e Saneamento de Santo Tirso para 2009: 1ª Modificação – Alteração ao Orçamento da Despesa: Aprovação
- 3 – Prémio Municipal de Arquitectura: Designação do júri do concurso: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
- 4 - Empreitada: “Construção da EBI de S. Tomé de Negrelos – Protocolo com a DREN”: Decisão de Contratar prevista no artigo 36º do CCP e aprovação das peças do procedimento de formação do respectivo contrato: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
- 5 – Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santo Tirso: Construção de um Lar Residencial para deficientes acoplado de Centro de Actividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário: Pedido de Subsídio: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
- 6 – S. Tiago – Associação de Solidariedade Social de Areias – Ampliação das suas instalações para criação de um lar de Idosos: Pedido de Subsídio: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
- 7 – Promessa de cedência de direito de superfície, a título gratuito, a favor da Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe, sobre um terreno sito em Vila das Aves: Ratificação de declaração do Presidente da Câmara
- 8 – Aquisição de terrenos destinados à execução do Projecto denominada “Reabilitação das Margens do Ave – Percursos Ribeirinhos” – Parcela 7, propriedade de Zenaide Maria Fernandes Gaspar Fânzeres Ferreira e outros: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

06

9 – Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos: Alargamento de um troço da Travessa de Leiras: Subsidio

10 – Junta de Freguesia de Lama: Alargamento e Pavimentação da Rua Álvaro Sousa Marques: Revogação do subsidio atribuído por deliberação camarária de 28/01/2009 (item 10.B da respectiva acta)

11 - Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 15 de Maio de 2009

O Presidente,



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (06/05/2009).-----

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia seis de Maio corrente, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com oito votos a favor.-----



2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO PARA O ANO DE 2009: 1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA: APROVAÇÃO.

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, de vinte e quatro de Abril findo, registado com o número seis mil cento e sessenta e dois, a remeter cópia da deliberação do respectivo Conselho de Administração de dezoito de Março último, e que aprovou a 1ª alteração ao Orçamento da Despesa.-----

Anexa-se à presente acta, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes cinco folhas, cópia da aludida deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi proposto que a Câmara Municipal deliberasse aprovar a 1ª Alteração ao Orçamento da Despesa dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, relativo ao ano de dois mil e nove, anexa à aludida deliberação.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



ACTA N.º 07

18 de Março de 2009
3 / 10

09

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

1-GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009

1ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009

1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA

-----Presente a reunião 1ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2009,

1ª Alteração ao Orçamento de Despesa, que faz parte integrante desta acta.-----

-----O Conselho de Administração deliberou aprovar e remeter á Câmara Municipal. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

ACTA Nº 07
18 de Março de 2009
4 / 10

10

**GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O
ANO 2009**

- 1ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E
ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009
- 1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA

SERV.MUNICIPALIZADOS AGUA,ELECTRI.SANEAM

MODIFICAÇÃO NUMERO: 1

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NUMERO 1 DO ANO CONTABILISTICO DE 2009

DATA DE APROVAÇÃO

ACTA N.º 07

18 de Março de 2009

11

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS

CLASSIFICAÇÃO
ORGÂNICA ECONÓMICA

DESCRIÇÃO

DOTAÇÃO
ANTERIOR

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

INSCRIÇÕES /
REFORÇOSDIMINUIÇÕES /
ANULAÇÕESDOTAÇÃO
SEGUINTE

50	01	SEM ORGANICA				
	0101	DESPESAS COM O PESSOAL				
	010103	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES				
	01010301	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DA FUNÇÃO PUBLICA				
	01010302	PESSOAL ADMINISTRATIVO	85.000,00	5.000,00		90.000,00
	010106	PESSOAL DE AGUA E SANEAMENTO	142.000,00	8.000,00		150.000,00
	010113	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	33.500,00		16.700,00	16.800,00
	01011301	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO				
	01011302	PESSOAL ADMINISTRATIVO	6.500,00	450,00		6.950,00
	01011303	PESSOAL DE AGUA E SANEAMENTO	7.500,00	400,00		7.900,00
	010114	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	3.000,00		1.900,00	1.100,00
	01011401	SUBSIDIOS DE FÉRIAS E NATAL				
	01011402	PESSOAL ADMINISTRATIVO	14.500,00	800,00		15.300,00
	01011403	PESSOAL DE AGUA E SANEAMENTO	23.700,00	1.400,00		25.100,00
	0103	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	5.800,00		2.800,00	3.000,00
	010305	SEGURANÇA SOCIAL				
	01030503	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL				
	06	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	8.200,00		1.200,00	7.000,00
	0602	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
	060203	DIVERSAS				
		OUTRAS	80.000,00	6.550,00		86.550,00

TOTAL ...

409.700,00

22.600,00

22.600,00

409.700,00

TOTAL DE DESPESAS CORRENTES

22.600,00

22.600,00

TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...

Em ____ de ____ de ____

Aprovada em reunião de ____

O Presidente da Camara, _____

Os Vereadores:

MAES0

NOTAS:

- (1) O número atribuído a cada projeto é sequencial em cada ano e acompanha o projeto até à sua conclusão.
- (2) O custo médio mensal de cada projeto é calculado a partir do custo total dividido pelo número de meses.
- (3) Designação de todos os projetos e ações dentro de cada programa.
- (4) Deve considerar-se o montante das despesas realizadas por projeto a 1 de Outubro de cada ano em curso.
- (5) Deve considerar-se o total das despesas realizadas por projeto em 31 de Dezembro de cada ano em curso.
- (6) Deve considerar-se o montante das despesas do projecto/ação definidas no segmento.
- (7) Deve considerar-se o montante das despesas do projecto/ação, cujo funcionamento se encontra em regressão.
- (8) O total previsto a 31 de Dezembro de cada ano em curso.
- (9) O total previsto a 31 de Dezembro de cada ano em curso.
- (10) A importância inscrita na coluna (4) adicionada da importância da coluna (5) e subtraída da importância da coluna (6) dá origem ao valor da coluna (7).

AC - Administração Central
AA - Administração Acadêmica

FORMAS DE REALIZAÇÃO:
A - Administração Geral
E - Engenharias
D - Fornecedores e Outros

Órgão executivo
em de de 20

Órgão deliberativo

ACTA N.º 07
de Março de 2009



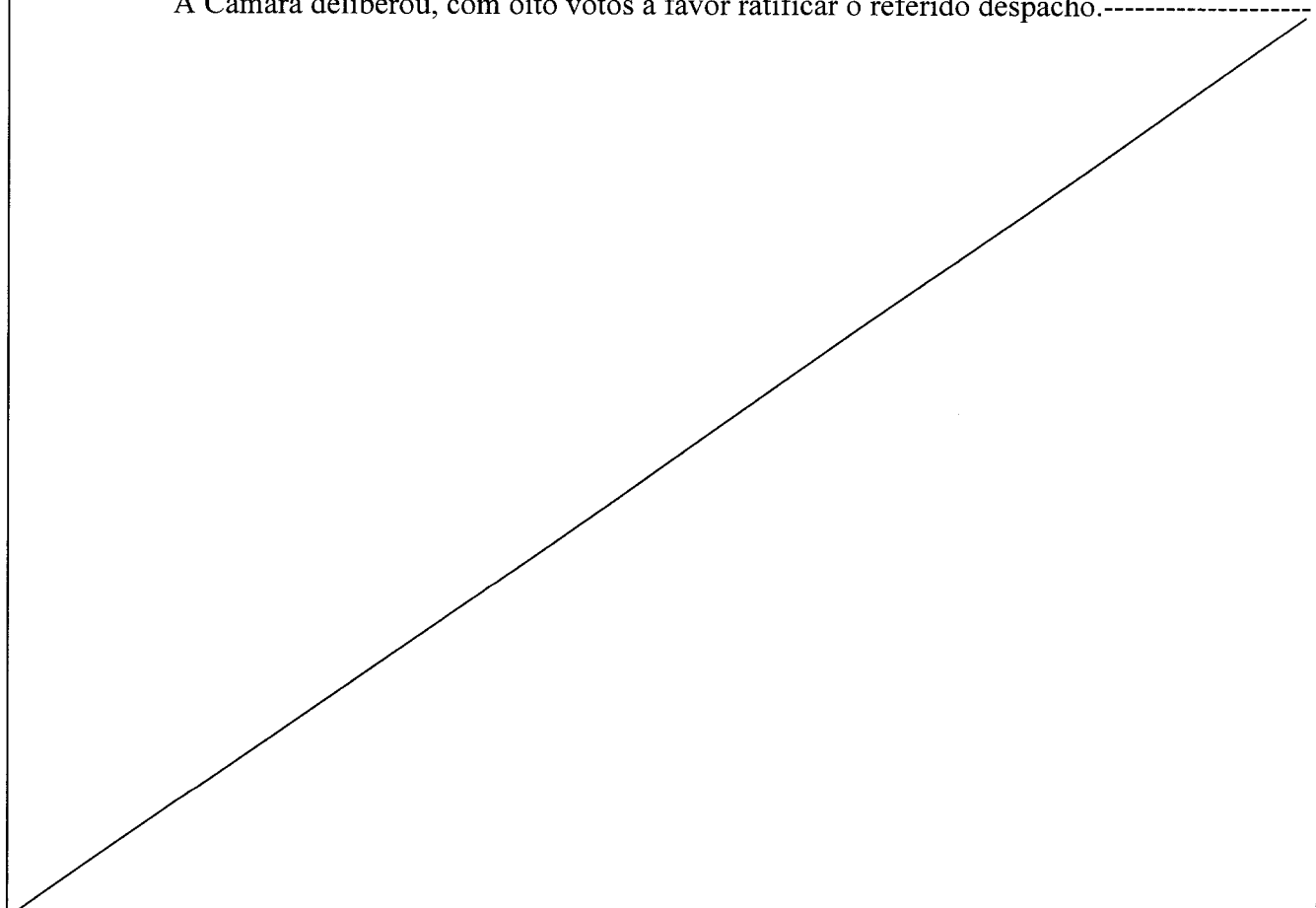
A handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page.

3. PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITECTURA: DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, de doze do corrente mês de Maio, exarado no rosto da informação do Director do Departamento de Planeamento e Habitação, da mesma data, registada com o número seis mil quinhentos e cinquenta e dois, que aprovou a constituição do júri do concurso aberto para o Prémio Municipal de Arquitectura, cujo prazo para apresentação de candidaturas terminou no dia trinta de Abril findo, nos termos propostos naquela informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O Senhor Presidente submeteu o aludido despacho à ratificação do executivo camarário.

A Câmara deliberou, com oito votos a favor ratificar o referido despacho.-----



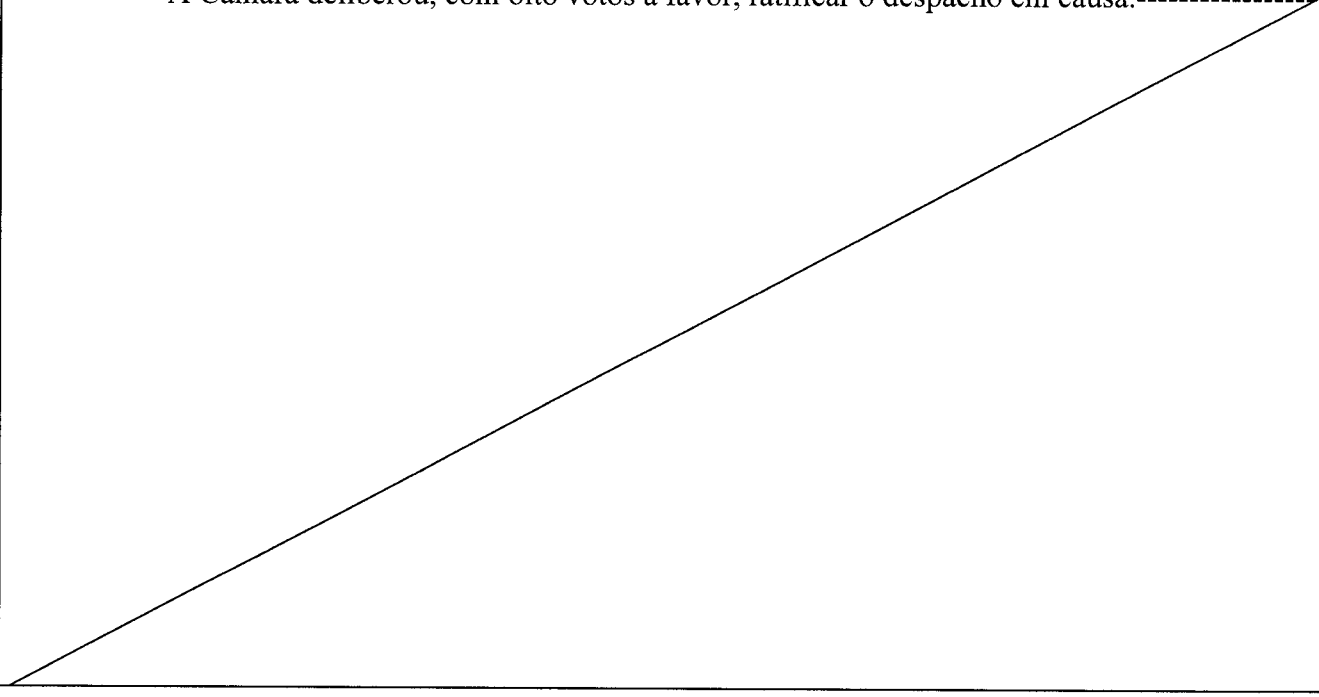


4. EMPREITADA: “CONSTRUÇÃO DA EBI DE S. TOMÉ DE NEGRELOS – PROTOCOLO COM A DREN”: DECISÃO DE CONTRATAR PREVISTA NO ARTIGO 36º DO CCP E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DO RESPECTIVO CONTRATO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do Senhor Presidente da câmara, de quinze do corrente mês de Maio, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes oito folhas, proferido ao abrigo da competência excepcional prevista no artigo 68º, n.º 3, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, por motivos de urgência, que decidiu tomar a decisão de contratar, mediante procedimento de concurso público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para formação do contrato da empreitada acima identificada, aprovar as peças do respectivo procedimento e designar o júri do concurso.-----

O Senhor Presidente submeteu à ratificação do executivo camarário o aludido despacho.

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o despacho em causa.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

16

DESPACHO

Empreitada: “Construção da EBI de S. Tomé de Negrelos – Protocolo com a DREN”: Decisão de contratar prevista no artigo 36º do CCP e aprovação das peças do procedimento de formação do respectivo contrato

Engº António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara Municipal, decido, ao abrigo da competência excepcional prevista no nº 3 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, decido:-----

A) Tomar a decisão de contratar prevista no artº 36º do Código dos Contratos Públicos, com vista à formação do contrato da empreitada acima identificada, e autorizar a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar, nos seguintes termos:-----

1. O valor previsível da empreitada, e para efeitos de concurso, é de 6 389 769,21 € (seis milhões trezentos e oitenta e nove mil setecentos e sessenta e nove euros e vinte e um cêntimos), mais IVA;-----

2. O prazo previsto para a execução da empreitada é de quinhentos e dez dias;-----

3. As despesas com a execução da referida obra serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010305, na qual ficou cative a importância de 2 574 660,00 € (dois milhões quinhentos e setenta e quatro mil seiscentos e sessenta euros), correspondente ao valor provável dos encargos a suportar no corrente ano económico, sendo a importância restante a cabimentar no início do próximo ano económico, já que a respectiva empreitada está prevista ser realizada em mais do que um ano económico, conforme consta do Plano Plurianual de Investimentos, aprovado pela Assembleia Municipal em 10 de Dezembro último (objectivo 2.1.1; projecto – 58/2002/396);-----

4. O procedimento a adoptar para a formação do respectivo contrato é o concurso público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, conforme previsto no artº 19º do Código dos Contratos Públicos.-----

B) Decido também aprovar as peças do respectivo procedimento, que são as seguintes:-----

1- Programa do Procedimento, composto por vinte folhas, numeradas de um a vinte;-----

2- Caderno de Encargos, composto pelos seguintes elementos:-----

2.1- Cláusulas Jurídicas - composto por trinta e quatro folhas, numeradas de um a trinta e quatro;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

17

2.2- Mapa de Quantidades dos trabalhos necessários à execução da obra, incluindo os trabalhos preparatórios ou acessórios – composto por cento e duas folhas, numeradas de um a cento e dois;-----

2.3- Levantamento Topográfico – uma planta (planta 0.1 datada de Novembro de 2007);-----

2.4- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição – composto por quatro folhas, numeradas de um a quatro;-----

2.5- Reconhecimento Geológico e Geotécnico – composto por trinta e seis folhas, numeradas de um a trinta e seis;-----

2.6- Peças do processo de concurso para a elaboração do respectivo projecto base – inclui programa preliminar – composto por vinte e três folhas, numeradas de um a vinte e três;-----

2.7- Peças do Processo de Concurso para a elaboração dos respectivos projectos de especialidades – composto por vinte e três folhas, numeradas de um a vinte e três;-----

2.8- Projecto de Execução, composto pelos seguintes elementos:-----

2.8.1- Projecto de Arquitectura, do qual consta:

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projecto;-----
- Memória Descritiva e Justificativa;-----
- Condições Técnicas;-----
- Peças Desenhadas, conforme listagem anexa ao presente despacho

(Anexo 1).-----

2.8.2- Mobiliário Escolar – composto por onze folhas, numeradas de um a onze.-----

2.8.3- Projecto de Estruturas, do qual consta:-----

- Termo de Responsabilidade do autor do projecto;-----
- Memória Descritiva e Justificativa – Fundações e Estruturas;-----
- Memória Descritiva e Justificativa – Fundações e Estruturas (Arranjos Exteriores);-----
- Peças Desenhadas (oitenta e uma plantas);-----
- Termo de Responsabilidade do Autor do Projecto de Fundações e Estruturas (Arranjos Exteriores);-----
- Memória Descritiva e Justificativa – Fundações e Estruturas (Arranjos Exteriores);-----
- Peças Desenhadas (dez plantas).-----

2.8.4- Projecto de Distribuição Predial de Águas, do qual consta:-----

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projecto;-----
- Memória Descritiva e Justificativa;-----

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

- Folhas de Cálculo;-----
- Condições Técnicas Especiais;-----
- Peças Desenhadas (trinta e três plantas);-----

2.8.5- Projecto de Distribuição Predial de Águas Residuais, do qual consta:-----

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projecto;-----
- Memória Descritiva e Justificativa;-----
- Folhas de Cálculo;-----
- Condições Técnicas Especiais;-----
- Peças Desenhadas (trinta e quatro plantas);-----

2.8.6- Projecto de Drenagem Predial de Águas Pluviais, do qual consta:-----

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projecto;-----
- Memória Descritiva e Justificativa;-----
- Folhas de Cálculo;-----
- Condições Técnicas Especiais;-----
- Peças Desenhadas (vinte e sete plantas);-----

2.8.7- Projecto de Distribuição Predial de Gás, do qual consta:-----

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projecto;-----
- Memória Descritiva e Justificativa;-----
- Condições Técnicas Especiais;-----
- Peças Desenhadas (treze plantas);-----

2.8.8- Projecto AVAC, do qual consta:-----

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projecto;-----
- Memória Descritiva;-----
- Condições Técnicas Gerais;-----
- Condições Técnicas Especiais;-----
- Peças Desenhadas (vinte plantas);-----

2.8.9- Projecto de Instalações Eléctricas, do qual consta:-----

- Condições Técnicas Especiais;-----
- Peças Desenhadas (vinte e oito plantas);-----

2.8.10- Instalações Electromecânicas, composto por três plantas;-----

2.8.11- Projecto de Instalações Telefónicas e de Telecomunicações, do qual consta:-----

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projecto;-----
- Memória Descritiva e Justificativa;-----
- Condições Técnicas Especiais;-----
- Peças Desenhadas (seis plantas);-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

2.8.12- Sistema de CCTV, composto por quatro plantas;-----
2.8.13- Projecto de Instalação de Som, composto por cinco plantas;---
2.8.14- Projecto de Energias Renováveis – Fotovoltaico, composto
por:-----

- Memória Descritiva;-----

- Planta de Implantação de Painéis;-----

2.8.15- Projecto de Segurança contra Incêndios, composto por:-----

- Condições Técnicas Especiais;-----

- Memória Descritiva e Justificativa;-----

- Peças Desenhadas (seis plantas).-----

2.8.16- Projecto de Detecção de Incêndios, composto por:-----

- Memória Descritiva;-----

- Peças Desenhadas (cinco plantas).-----

2.8.17- Sistema Anti-Intrusão, composto por três plantas.-----

2.8.18- Estudo do Comportamento Térmico, composto por:-----

- Termo de Responsabilidade do Autor do Estudo;-----

- Memória Descritiva e Justificativa.-----

2.8.19- Projecto de Comportamento Acústico, composto por:-----

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projecto;-----

- Memória Descritiva e Justificativa;-----

2.8.20- Projecto da Rede Viária, composto por:-----

- Termo de Responsabilidade do Autor do Estudo;-----

- Memória Descritiva e Justificativa;-----

- Condições Técnicas Especiais;-----

- Peças Desenhadas (dez plantas).-----

2.8.21- Projecto de Sinalização Rodoviária, composto por:-----

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projecto;-----

- Memória Descritiva e Justificativa;-----

- Condições Técnicas Especiais;-----

- Uma Planta.-----

2.8.22- Projecto de Distribuição Pública de Água, composto por:-----

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projecto;-----

- Memória Descritiva;-----

- Condições Técnicas Especiais;-----

- Peças Desenhadas (três plantas).-----

2.8.23- Projecto de Drenagem Pública de Águas Pluviais, composto
por:-----

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projecto;-----

- Memória Descritiva;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

20

- Listagem Geral da Instalação;-----
- Condições Técnicas Especiais;-----
- Peças Desenhadas (três plantas).-----

2.8.24- Projecto de Drenagem Pública de Águas Residuais, composto por:-----

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projecto;-----
- Memória Descritiva e Justificativa;-----
- Listagem Geral da Instalação;-----
- Condições Técnicas Especiais;-----
- Peças Desenhadas (duas plantas).-----

2.8.25- Projecto de Instalações/Equipamentos Eléctricos – Posto de Seccionamento e Transformação, composto por:-----

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projecto;-----
- Memória Descritiva;-----
- Condições Técnicas Especiais;-----
- Peças Desenhadas (quatro plantas).-----

2.8.26- Projecto de Distribuição Pública de Gás, composto por:-----

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projecto;-----
- Memória Descritiva e Justificativa;-----
- Condições Técnicas Especiais;-----
- Peças Desenhadas (duas plantas).-----

2.8.27- Plano de Segurança e Saúde em Fase de Projecto, composto por noventa e uma páginas.-----

C) Declara-se ainda, para todos os efeitos legais, que os elementos da solução da obra acima aprovados são os necessários e os suficientes à boa execução da obra, com fundamento na informação do Departamento de Planeamento e Habitação de quatro do corrente mês de Maio, que propõe a aprovação do respectivo projecto de execução, registada com o número 6254/2009, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

D) Mais decido designar o júri do respectivo procedimento com a seguinte composição:-----

Membros efectivos:-----

Presidente: Senhor Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Luís Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues;-----

Drª Diana Paula Ferreira Salgado;-----

Engº Carlos António Nogueira Veloso.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

21

Membros suplentes:-----

Arquitecto José António da Silva Lopes;-----

Eng^a Maria Fernanda Pires de Lima da Silva Coelho;-----

Dr^a Emília Cristina Campos Maia.-----

O presente despacho tem a seguinte fundamentação:-----

É urgente a abertura do respectivo procedimento, em virtude de a obra em causa ser financiada pelo POVT – Programa Operacional Temático – Valorização do Território, conforme Contrato de Financiamento datado de trinta de Março último, e ratificado pela Câmara Municipal em reunião de seis do corrente mês de Maio, havendo necessidade de cumprir os prazos previstos para a Realização da Operação, sob pena de se perder o financiamento.-----

Remeta-se ao DOM para proceder à abertura do respectivo procedimento e à próxima reunião de Câmara para ratificação.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 15 de Maio de 2009

O Presidente da Câmara Municipal,

DESENHO Nº	DESCRIÇÃO	ESCALA
0	Esquema de leitura e legenda das plantas	s/e
01	Planta de Localização	1:1000
02	Planta de Implantação	1:500
05	Planta do 1º Piso	1:200
06	Planta do 2º Piso	1:200
07	Planta do 3º Piso	1:200
08	Planta de Cobertura	1:200
09	Alçados e Cortes	1:200
10	Alçados e Cortes	1:200
11	Planta do Piso 0 (Área Técnica - cota 89.15)	1:50
12.1	Planta do Piso 1	1:50
12.2	Planta do Piso 1	1:50
12.3	Planta do Piso 1	1:50
12.4	Planta do Piso 1	1:50
13.1	Planta do Piso 2	1:50
13.2	Planta do Piso 2	1:50
13.3	Planta do Piso 2	1:50
13.4	Planta do Piso 2	1:50
13.5	Planta do Piso 2	1:50
14.3	Planta do Piso 3	1:50
14.4	Planta do Piso 3	1:50
14.5	Planta do Piso 3	1:50
15.1	Planta de Cobertura	1:50
15.2	Planta de Cobertura	1:50
15.3	Planta de Cobertura	1:50
15.4	Planta de Cobertura	1:50
15.5	Planta de Cobertura	1:50
16	Plantas, Cortes e Alçados da Portaria e Compartimento dos lixos	1:50
17 A	Alçados Norte e Sul C1	1:50
17 B	Alçados Poente e Nascente C1	1:50
17 C	Cortes Longitudinais e Transversais C1	1:50
18 A	Alçado Norte e Alçado-Corte Sul C2	1:50
18 B	Alçados Poente e Nascente C2	1:50
18 C	Corte Longitudinal e Cortes Transversais C2	1:50
19 A	Alçados Norte e Sul C3	1:50
19 B	Alçados Poente e Nascente C3	1:50
19 C	Cortes Longitudinal e Transversal C3	1:50
20 A	Alçados Norte e Sul C4	1:50
20 B	Alçados C4	1:50
20 C	Cortes C4	1:50
21 A	Alçados C5	1:50
21 B	Cortes C5	1:50
23	Mapa de Vãos Exteriores	s/e
24	Mapa de Vãos Interiores	s/e
26	Mapa de Acabamentos Exteriores	s/e
27	Mapa de Acabamentos Interiores	s/e
29	Cortes Construtivos tipo	1:20
30	Pormenores Gerais	1:5
30 A	Pormenor Tipo da Claraboia	1:50, 1:2
31	Paredes Tipo	1:20
32	Soleiras e Peitoris	1:5
33	Sanitário Tipo	1:20
34	Plantas de Pavimentos	1:200
35	Plantas de Tectos	1:200
36	Pormenor do Degrau – Escadas Interiores	1:2
37	Varão e Guardas	1:10
38	Pormenor de Muro e Gradeamento de Vedação	1:10
39	Cacifos Tipo	1:10
40	Móveis Tipo	1:10
41	Banco de Apoio Tipo	1:10
42	Layout de Cozinha	1:50
43	Layout de Bar-Cafeteria	1:50
44	Planta do 1º Piso – Equipamento	1:200
45	Planta do 2º Piso – Equipamento	1:200
46	Planta do 3º Piso – Equipamento	1:200

ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE SÃO JOÃO DE NEVES - 2015

ARRANJOS EXTERIORES E PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO

ESTÁGIO DE DESENHO

DESENHO Nº	DESCRIÇÃO	ESCALA
03A	Levantamento topográfico	1:200
03B	Levantamento topográfico	1:200
04A	Modelação do Terreno	1:200
04B	Modelação do Terreno	1:200
12.6	Planta do Piso 1 – Gimnodesportivo	1:50
13.6	Planta do Piso 2 – Gimnodesportivo	1:50
15.6	Planta de Cobertura – Gimnodesportivo	1:50
22 A	Alçados C6 – Gimnodesportivo	1:50
22 B	Cortes C6 – Gimnodesportivo	1:50
25	Mapa de Vãos – Gimnodesportivo	s/e
28	Mapa de Acabamentos – Gimnodesportivo	s/e
47	Plano Geral	1:500
48	Plano de Trabalho	1:500
49 A	Planimetria	1:200
49 B	Planimetria	1:200
50 A	Altimetria	1:200
50 B	Altimetria	1:200
51 A	Plano de Pavimentos e Remates	1:200
51 B	Plano de Pavimentos e Remates	1:200
52 A	Plano de Plantação de Árvores	1:200
52 B	Plano de Plantação de Árvores	1:200
53 A	Plano de Plantação de Arbustos e Sementeiras	1:200
53 B	Plano de Plantação de Arbustos e Sementeiras	1:200
54 A	Plano de Rega	1:200
54 B	Plano de Rega	1:200
55	Perfis 1 a 6 – Pormenores P1 a P3	1:20, 1:10
56	Pormenores P4 a P9	1:20
57	Pormenores P10 a P11	s/e
58	Pormenores P12 a P19	s/e
59	Pormenores P20 a P22	1:100, 1:20
60	Pormenores P23 a P26	1:100, 1:10



**5. CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DE SANTO TIRSO:
CONSTRUÇÃO DE UM LAR RESIDENCIAL PARA DEFICIENTES ACOPLADO DE
CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS E SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO:
PEDIDO DE SUBSIDIO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA**

Presente ofício de onze do corrente mês de Maio, da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santo Tirso, registado com o número seis mil quinhentos e quarenta e quatro, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com a construção da obra acima referida.-----

O Senhor Presidente submeteu à ratificação do executivo camarário o seu despacho de treze do corrente mês de Maio, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes duas folhas, que decidiu atribuir à Cruz Vermelha Portuguesa um subsidio no montante de 150.844,95 € (cento e cinquenta mil oitocentos e quarenta e quatro euros e noventa e cinco centimos), a pagar à medida da realização do investimento.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o aludido despacho.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

25

DESPACHO

A Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santo Tirso, propõe-se proceder à construção de um lar residencial para deficientes acoplado ao Centro de Actividades Ocupacionais e de Serviço de Apoio Domiciliário, para o que apresentou uma candidatura ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH) – Tipologia 6.12 – Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social;-----

Para instrução do respectivo processo de candidatura, aquela Associação deve fazer prova da sua capacidade financeira para suportar 10% do financiamento do projecto, cuja estimativa orçamental é de 1 508 449,47 € (um milhão quinhentos e oito mil quatrocentos e quarenta e nove euros e quarenta e sete cêntimos);-----

Veio assim aquela instituição solicitar o apoio da câmara para a realização daquele projecto, que constituirá uma mais valia para o concelho de Santo Tirso, na área da acção social.-----

O município tem atribuições no domínio da acção social (Artigos 13º, nº 1, alínea h) e 23º da Lei 159/99, de 14 de Setembro), competindo à câmara municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras de interesse municipal;-----

Tem sido política da câmara municipal apoiar projectos da natureza do que a Cruz Vermelha pretende levar a efeito;-----

O documento comprovativo da capacidade financeira da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santo Tirso para suportar os referidos 10% tem que



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

ser apresentado até ao próximo dia catorze do corrente mês de Maio;-----

O pedido de apoio da câmara municipal foi efectuado por ofício datado de onze do corrente mês de Maio, registado com o nº 6544, que deu entrada na câmara municipal nesta data;-----

É urgente a tomada de decisão sobre o apoio a conceder àquele projecto;

Não é possível, em tempo útil, e face ao cumprimento dos prazos legalmente previstos para o efeito, reunir extraordinariamente a câmara municipal;-----

Face ao exposto, e ao abrigo da competência excepcional prevista no nº 3 do artigo 68º da Lei 169/99, decido atribuir à Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santo Tirso um subsídio no montante de 150 844,95 € (cento e cinquenta mil oitocentos e quarenta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos) para ajudar a financiar o projecto acima referido, a pagar à medida da realização do investimento.-----

O pagamento do referido subsidio será feito pela rubrica orçamental com a classificação económica 08-07-01.-----

Agende-se para a próxima reunião de câmara para ratificação.-----

Envie-se cópia autenticada à Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santo Tirso e envie-se cópia à Divisão de Gestão Financeira, para os devidos efeitos, e à Divisão de Acção Social para conhecimento.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 13 de Maio de 2009

O Presidente,

(António Alberto de Castro Fernandes)



**6. S. TIAGO – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE AREIAS –
AMPLIAÇÃO DAS SUAS INSTALAÇÕES PARA CRIAÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS:
PEDIDO DE SUBSIDIO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA**

Presente ofício de doze do corrente mês de Maio, da associação S. Tiago – Associação de Solidariedade Social de Areias, registado com o número seis mil seiscentos e dezasseis, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com a ampliação das suas instalações, com vista à criação de um Lar de Idosos.-----

O Senhor Presidente submeteu à ratificação do executivo camarário o seu despacho de catorze do corrente mês de Maio, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes duas folhas, que decidiu atribuir à associação S. Tiago – Associação de Solidariedade Social de Areias um subsidio no montante de 64.825,00 € (sessenta e quatro mil oitocentos e vinte e cinco euros), para ajudar a financiar o projecto acima referido, a pagar à medida da realização do investimento.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar o aludido despacho.-----

Durante a discussão e votação do ponto que antecede ausentou-se da reunião o Senhor Vereador Luís Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

28

DESPACHO

A associação S. Tiago – Associação de Solidariedade Social de Areias, pessoa colectiva nº 503 909 602, com sede na Rua Abel Dias Palmeira, nº 38, freguesia de Areias deste concelho, propõe-se proceder à ampliação das suas instalações, com vista à criação de um lar de idosos, para o que apresentou uma candidatura ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH) – Tipologia 6.12 – Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social;-----

Para instrução do respectivo processo de candidatura, aquela Associação deve fazer prova da sua capacidade financeira para suportar 10% do financiamento do projecto, cuja estimativa orçamental é de 648 247,63 € (seiscentos e quarenta e oito mil duzentos e quarenta e sete euros e sessenta e três cêntimos);-----

Veio assim aquela instituição solicitar o apoio da câmara para a realização daquele projecto, que constituirá uma mais valia para o concelho de Santo Tirso, na área da acção social.-----

O município tem atribuições no domínio da acção social (Artigos 13º, nº 1, alínea h) e 23º da Lei 159/99, de 14 de Setembro), competindo à câmara municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras de interesse municipal;-----

Tem sido política da câmara municipal apoiar projectos da natureza do que aquela associação pretende levar a efeito;-----

O documento comprovativo da capacidade financeira da associação S. Tiago – Associação de Solidariedade Social de Areias para suportar os referidos



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

29

10% tem que ser apresentado até ao próximo dia quinze do corrente mês de Maio;-----

O pedido de apoio da câmara municipal foi efectuado por ofício datado de doze do corrente mês de Maio, registado com o nº 6616, que deu entrada na câmara municipal no dia 13 do corrente;-----

É urgente a tomada de decisão sobre o apoio a conceder àquele projecto;

Não é possível, em tempo útil, e face ao cumprimento dos prazos legalmente previstos para o efeito, reunir extraordinariamente a câmara municipal;-----

Face ao exposto, e ao abrigo da competência excepcional prevista no nº 3 do artigo 68º da Lei 169/99, decido atribuir à associação S. Tiago – Associação de Solidariedade Social de Areias um subsídio no montante de 64 825,00 € (sessenta e quatro mil oitocentos e vinte e cinco euros) para ajudar a financiar o projecto acima referido, a pagar à medida da realização do investimento.-----

O pagamento do referido subsidio será feito pela rubrica orçamental com a classificação económica 08-07-01.-----

Agende-se para a próxima reunião de câmara para ratificação.-----

Envie-se cópia autenticada à associação requerente e envie-se cópia à Divisão de Gestão Financeira, para os devidos efeitos, e à Divisão de Acção Social para conhecimento.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 14 de Maio de 2009

O Presidente,

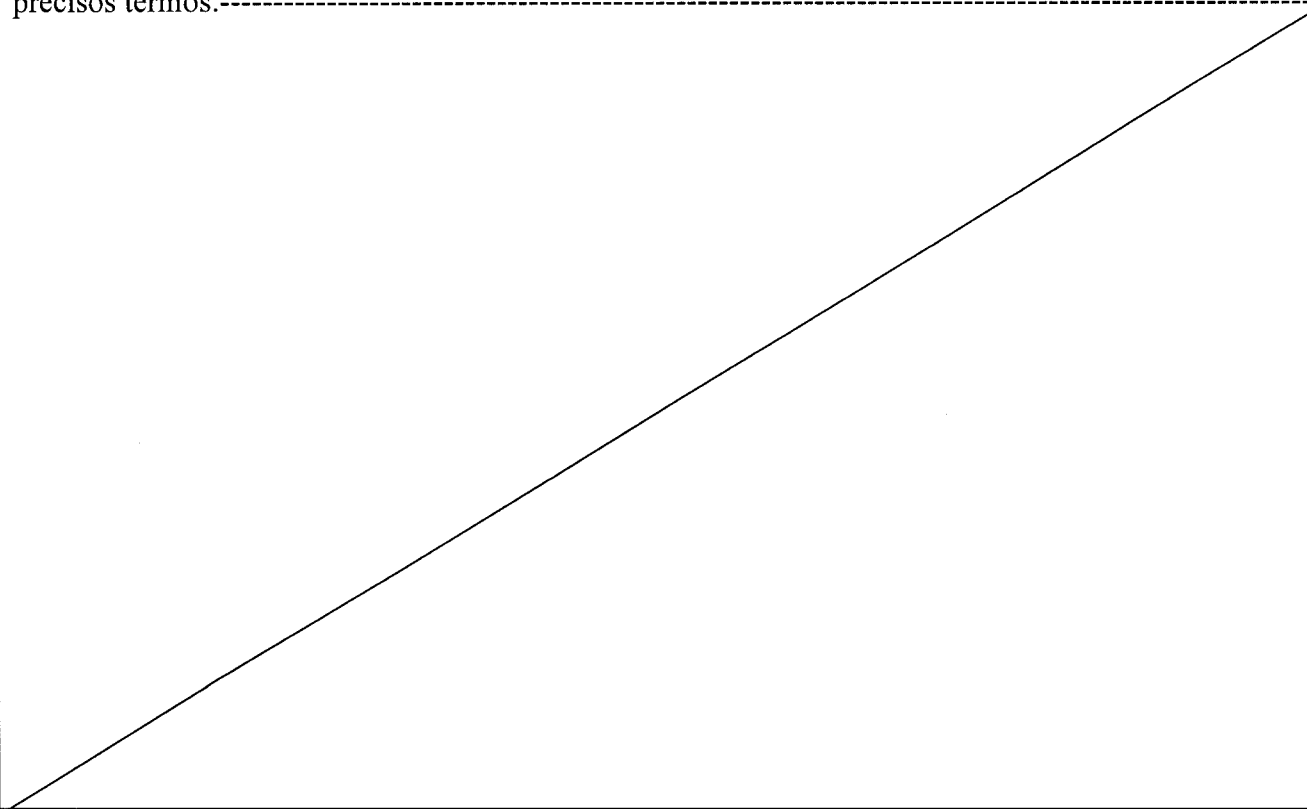
(António Alberto de Castro Fernandes)



7. PROMESSA DE CEDÊNCIA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE, A TÍTULO GRATUITO, A FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO HABITACIONAL DE RINGE, SOBRE UM TERRENO SITO EM VILA DAS AVES: RATIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente declaração do Senhor Presidente da Câmara, de quatro do corrente mês de Maio, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes três folhas, pela qual é manifestada a concordância de princípio na atribuição do direito de superfície a constituir sobre a parcela de terreno anexa àquela declaração, a favor da Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe, destinada à construção de um polidesportivo, e nas demais condições constantes daquela declaração.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar a referida declaração, nos seus precisos termos.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

31

DECLARAÇÃO

Engº António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, outorgando em representação do município de Santo Tirso, de harmonia com a competência prevista na alínea a) do nº 1 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, declara o seguinte:

Que o Município de Santo Tirso, no âmbito de um Protocolo que vai ser assinado com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., conforme declaração assinada no dia trinta de Abril findo, vai adquirir, a título gratuito, a parcela de terreno assinalada a vermelho na planta anexa, que é parte dos prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob os números 77/19850423 e 2598/20060303, que se destina à construção de um equipamento polidesportivo de apoio à actividade desportiva desenvolvida pela Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe, Instituição Particular de Solidariedade Social, pessoa colectiva número 501 870 296, com sede em Vila das Aves.

Considerando a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido por esta Associação, nomeadamente no campo desportivo, destacando-se o trabalho com os “Pinheirinhos de Ringe”, decido, ao abrigo da competência excepcional prevista no nº 3 do artº 68º da referida Lei 169/99:

1. Manifestar desde já a concordância de princípio na atribuição do direito de superfície da referida parcela de terreno à identificada Associação, nos seguintes termos:

- a) A parcela de terreno sobre a qual será constituído o direito de superfície destina-se à construção de um equipamento polidesportivo;
- b) O direito de superfície será constituído a título gratuito;
- c) O direito de superfície será constituído pelo prazo de trinta anos, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes;
- d) A escritura de constituição do direito de superfície será celebrada logo que o terreno em causa esteja registado na Conservatória em nome do Município de Santo Tirso;
- e) A transmissão do direito de superfície ou a sua oneração a qualquer título pela superficiária fica sujeita a autorização da Câmara Municipal de Santo Tirso, que em caso de autorização, detém o direito de preferência;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

32

f) As demais condições de constituição do direito de superfície constarão da respectiva escritura ou documento com idêntica força legal, que não poderá conter condições restritivas ao que consta deste documento.

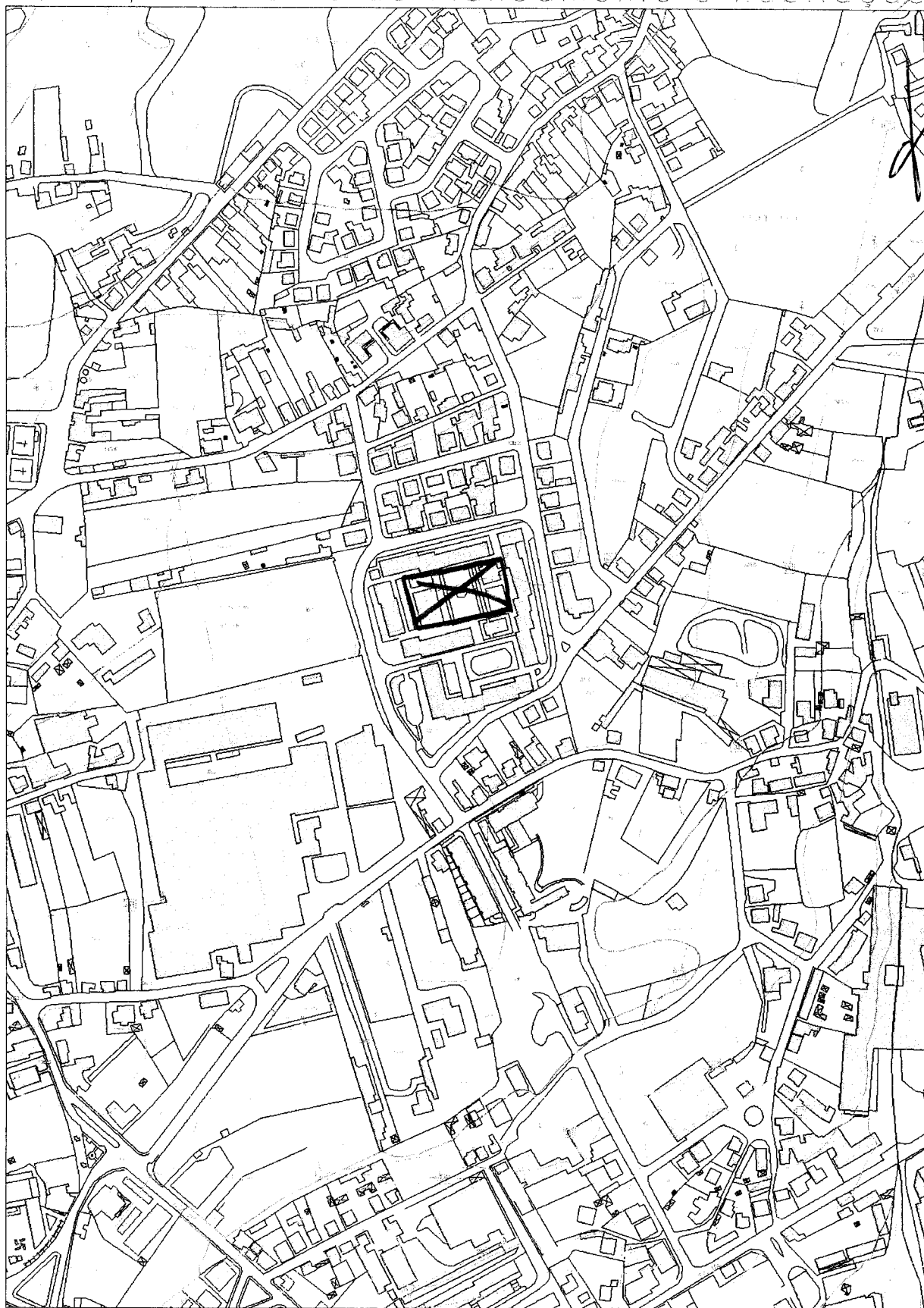
2. Remeta-se à próxima reunião de Câmara para ratificação.

Santo Tirso e Paços do Concelho, 04 de Maio de 2009

O Presidente da Câmara,

António Alberto de Castro Fernandes (Eng^o)

Câmara Municipal de Santo Tirso
Departamento de Planeamento e Habitação



(x,y) -22709,83,188255,23

Escala 1/5 000

0 50

250

500 m

EXTRACÇÃO DO PLANO DE ALINHAMENTO ARQUITECTONICAMENTE 1/5 000

Planta nº 9091

Emitida em 29-04-2009

Guia nº

Processo nº

Requerente:

O Técnico autor do projecto

Data



8. AQUISIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO DESTINADA À EXECUÇÃO DO PROJECTO DE REABILITAÇÃO DAS MARGENS DO AVE – PERCURSOS RIBEIRINHOS – PARCELA 7, PROPRIEDADE DE ZENAIDE MARIA FERNANDES GASPAR FÂNZERES FERREIRA E OUTROS: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente informação da Directora do Departamento Administrativo, de treze do corrente mês de Maio, registada com o número seis mil seiscientos e setenta, a comunicar o resultado das negociações efectuadas com vista à aquisição pela via do direito privado de uma parcela de terreno necessária à execução do projecto denominado “Reabilitação das Margens do Ave”, identificada na respectiva planta cadastral com o número sete, propriedade de Zenaide Maria Fernandes Gaspar Fânzeres Ferreira e outros.-----

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

Considerando que a aquisição dos terrenos necessários à execução do projecto acima identificado está prevista no Plano de Actividades (objectivo: 2.4.6; classificação económica: 02/07010404; código/ano/número de acção: 20/2006/226), tendo cabimento orçamental;-----

Considerando que a lei determina que a aquisição pela via do direito privado deve prevalecer sobre a aquisição pela via da expropriação;-----

Considerando a razoabilidade do acordo obtido com os proprietários da parcela de terreno em causa;-----

Considerando que existem vantagens para o interesse público municipal na aquisição do terreno pela via do direito privado, quer em termos de celeridade processual, quer no que se refere à economia de custos com o eventual processo de expropriação;-----

Proponho que a Câmara delibere ratificar o meu despacho de catorze do corrente mês de Maio, exarado no rosto da referida informação que decidiu adquirir a Zenaide Maria Fernandes Gaspar Fânzeres Ferreira e outros, o prédio rústico abaixo descrito, pelo preço global de 30.000,00 €

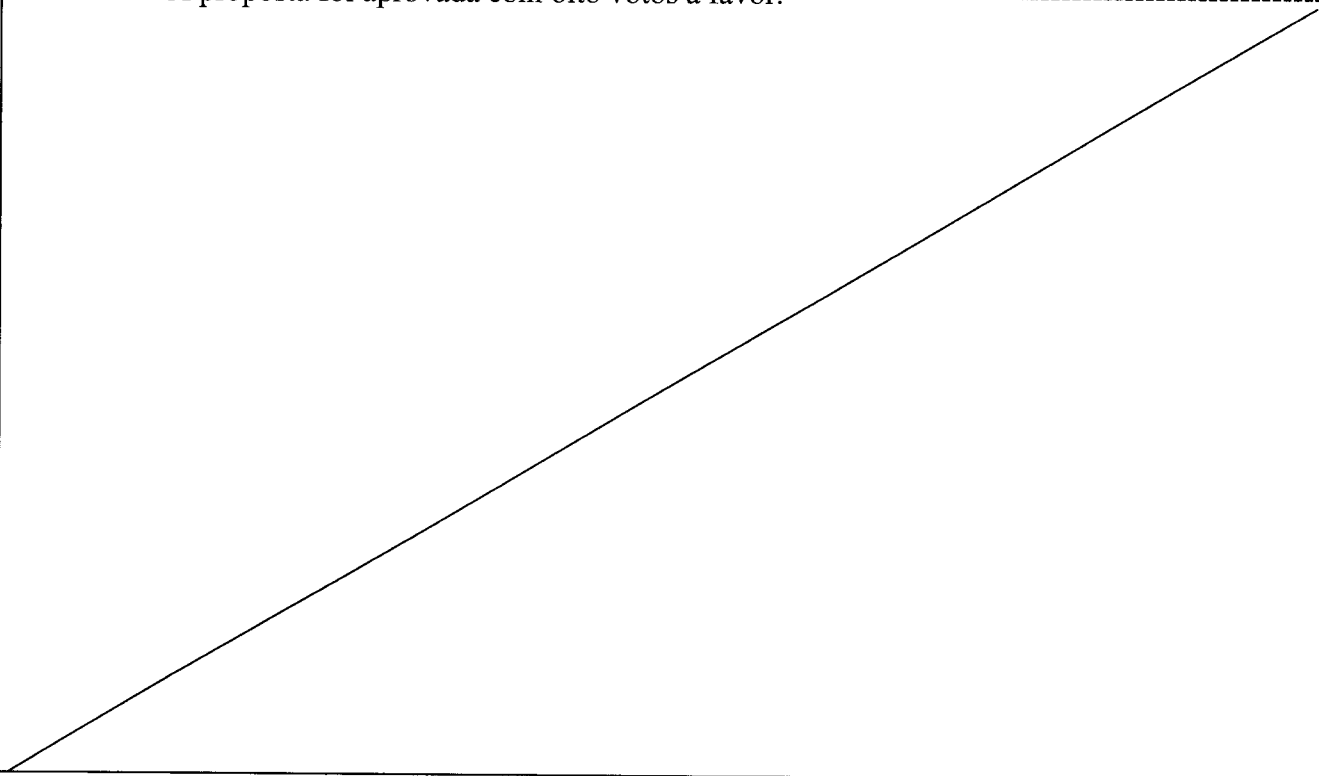


(trinta mil euros), incluindo nesse montante o valor das benfeitorias existentes no prédio, nos termos da minuta do contrato-promessa de compra e venda que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por cinco folhas.-----

Prédio a adquirir:-----

Prédio rústico, denominado “Leira do Rio”, sito no lugar de Além Rio, freguesia e concelho de Santo Tirso, delimitado na planta anexa à aludida minuta de contrato-promessa, a confrontar de Norte com Caminho, de Sul com Rio Ave, terreno do município de Santo Tirso e herdeiros de Joaquim Saldanha de Oliveira, de Nascente com terreno do município de Santo Tirso e herdeiros de Joaquim Saldanha de Oliveira e do Poente com caminho e Rio Ave, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo cento e setenta e oito e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número zero um três três nove / zero oito zero quatro nove quatro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





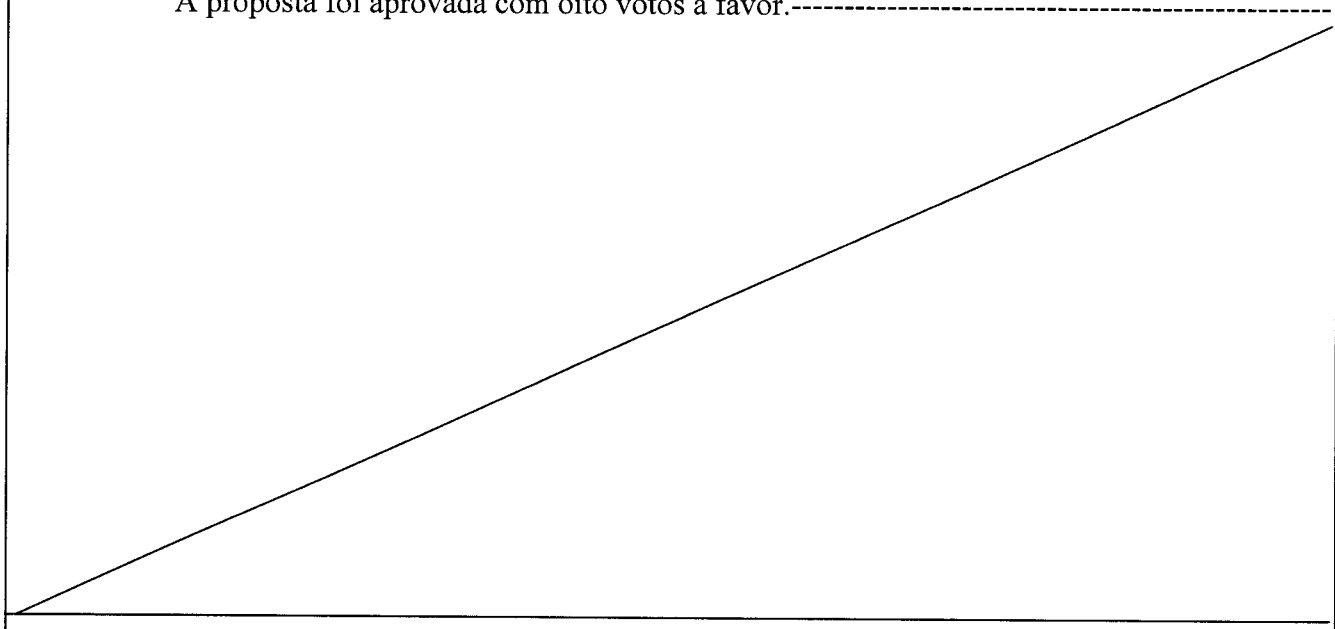
9. JUNTA DE FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS: ALARGAMENTO DE UM TROÇO DA TRAVESSA DE LEIRAS: SUBSIDIO.-----

Presente ofício de treze de Junho de dois mil e oito, da Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos, registado com o número dez mil trezentos e noventa quatro, a comunicar que aquela Junta assume o compromisso de executar a obra acima identificada, nas condições propostas pela Câmara.

Do expediente consta informação da Divisão de Vias, de um de Agosto de dois mil e oito, a comunicar que o custo estimado para a realização da obra, conforme mapa dos trabalhos a realizar anexa à informação, é de 10.920,00 € (dez mil novecentos e vinte euros), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos um subsidio no montante de 10.920,00 € (dez mil novecentos e vinte euros) para custear as despesas com o Alargamento de um troço da Travessa de Leiras, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Handwritten signature and number 37.

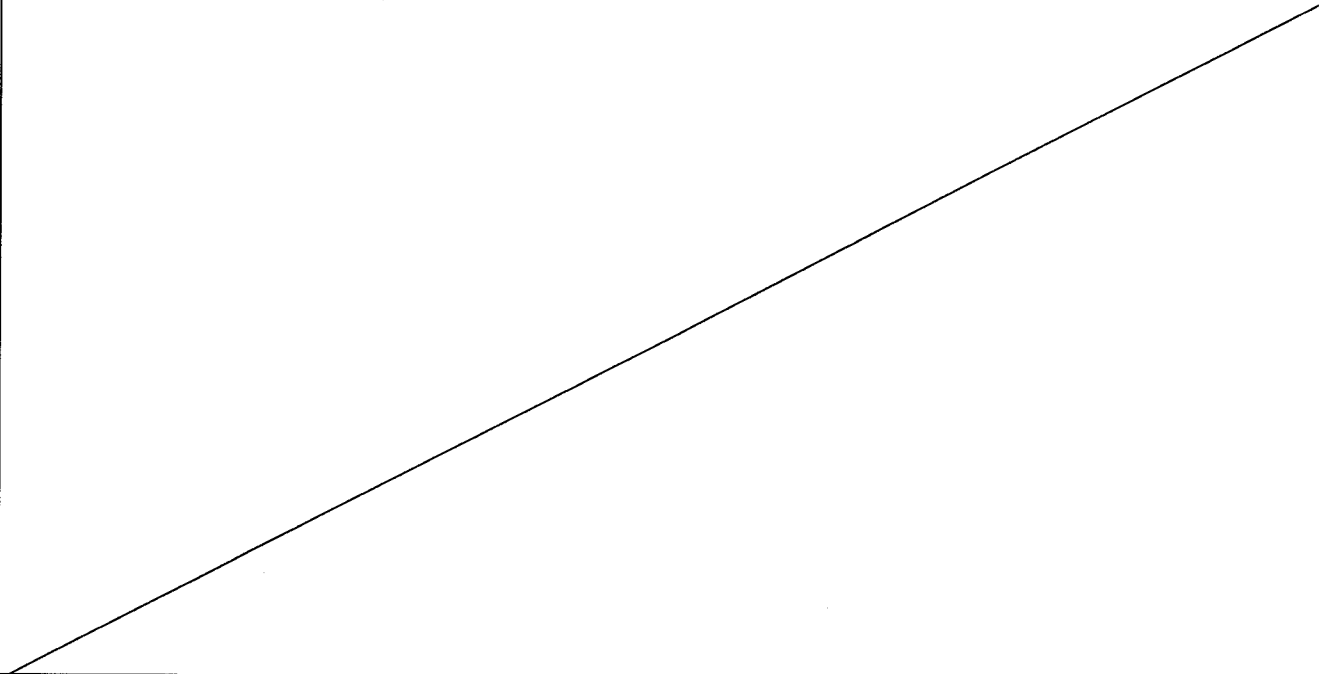
10. JUNTA DE FREGUESIA DA LAMA: ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA ÁLVARO SOUSA MARQUES: REVOGAÇÃO DO SUBSIDIO ATRIBUÍDO POR DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 28/01/2009 (ITEM 10.B DA RESPECTIVA ACTA).-----

Presente ofício de dezassete de Abril último, da Junta de Freguesia da Lama, registado com o número cinco mil setecentos e noventa e quatro, a solicitar a anulação do subsidio atribuído por deliberação camarária de vinte e oito de Janeiro último, no montante de 10.461,45 € (dez mil quatrocentos e sessenta e um euros e quarenta e cinco cêntimos), com IVA incluído, para custear as despesas com a execução da rede de saneamento na Rua Álvaro de Sousa Marques.-----

A Divisão de Vias informa que a Junta de Freguesia executou a obra de “Alargamento e Pavimentação da Rua Álvaro de Sousa Marques”, não tendo realizado os trabalhos de drenagem de águas residuais.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse revogar a aludida deliberação camarária de vinte e oito de Janeiro de dois mil e nove (item 10B da respectiva acta).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





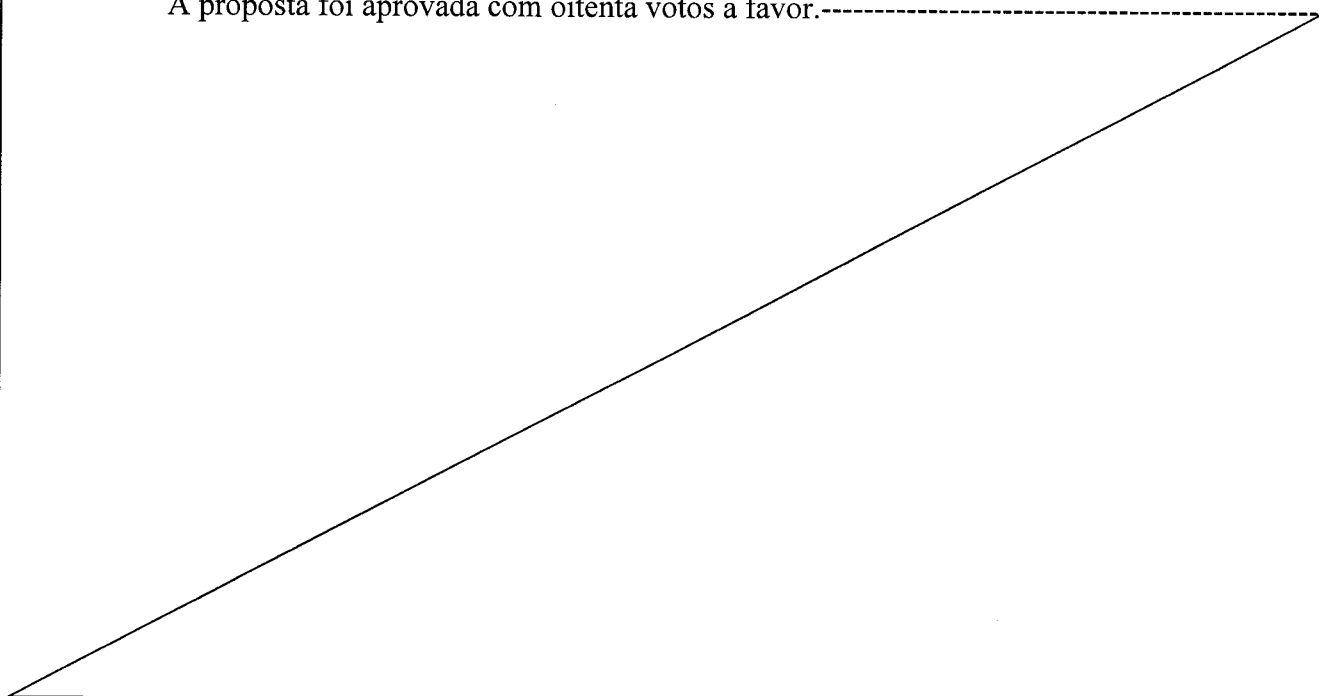
11. OUTROS SUBSIDIOS.-----

A) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS, DESTINADOS A CUSTEAR AS DESPESAS COM EXPEDIENTE E LIMPEZA DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E PRÉ-ESCOLAR – ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 11/02/2009.-----

Presente informação de treze do corrente mês de Maio, da Divisão de Educação, registada com o número seis mil setecentos e sessenta e cinco, a sugerir a atribuição de um subsídio no montante de 680,00 € (seiscentos e oitenta euros) ao Agrupamento Vertical de Santo Tirso, em aditamento ao subsidio atribuído por deliberação camarária de onze de Fevereiro último (item 10 A da respectiva acta), para fazer face às despesas com o expediente e limpeza da EB1 da Igreja / Areias.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir um subsídio no montante de 680,00 € (seiscentos e oitenta euros) ao Agrupamento Vertical de Santo Tirso.-----

A proposta foi aprovada com oitenta votos a favor.-----





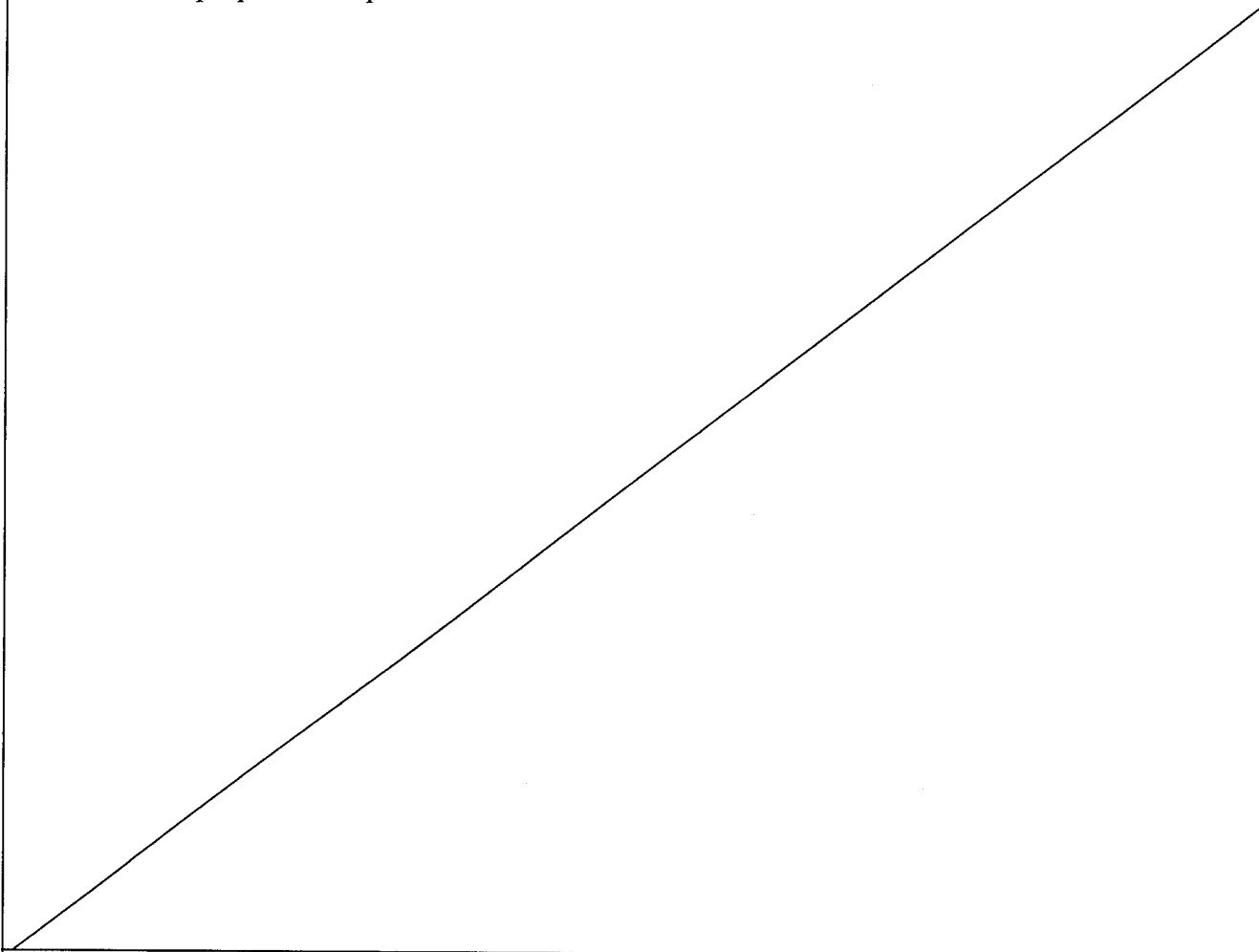
h

11. B) À ASSOCIAÇÃO DE S. MIGUEL ARCANJO, DE VILA DAS AVES-----

Presente ofício de dez de Abril de dois mil e oito, da Associação de S. Miguel Arcanjo, registado com o número seis mil seiscientos e quinze, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Miguel Arcanjo, que decorreram de vinte e seis a vinte e nove de Setembro último.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Associação de S. Miguel Arcanjo, Vila das Aves, um subsídio no montante de 1 000,00 € (mil euros).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





11. C) AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILARINHO: Ampliação das instalações do Centro de Dia.-----

Presente ofício de treze do corrente mês de Maio, do Centro Social e Paroquial de Vilarinho, registado com o número seis mil setecentos e setenta e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a execução do projecto denominado “Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário” – Ampliação.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

O Centro Social e Paroquial de Vilarinho – Instituição Particular de Solidariedade Social, pessoa colectiva nº 506 005 429, com sede na Rua do Mosteiro, nº 256, freguesia de Vilarinho, deste concelho, propõe-se proceder à ampliação das suas instalações, de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, para o que apresentou uma candidatura ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH) – Tipologia 6.12 – Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social;-----

Para instrução do respectivo processo de candidatura, aquela instituição deve fazer prova da sua capacidade financeira para suportar 40% do financiamento do projecto, cuja estimativa orçamental é de 464.855,67 € (quatrocentos e sessenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e cinco euros e sessenta e sete cêntimos).-----

Veio assim aquela instituição solicitar o apoio da câmara para a realização daquele projecto, que constituirá uma mais valia para o concelho de Santo Tirso, na área da acção social.-----

O município tem atribuições no domínio da acção social (Artigos 13º, nº 1, alínea h) e 23º da Lei 159/99, de 14 de Setembro), competindo à câmara municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras de interesse municipal;-----

Tem sido política da câmara municipal apoiar projectos da natureza do que aquela instituição pretende levar a efeito;-----

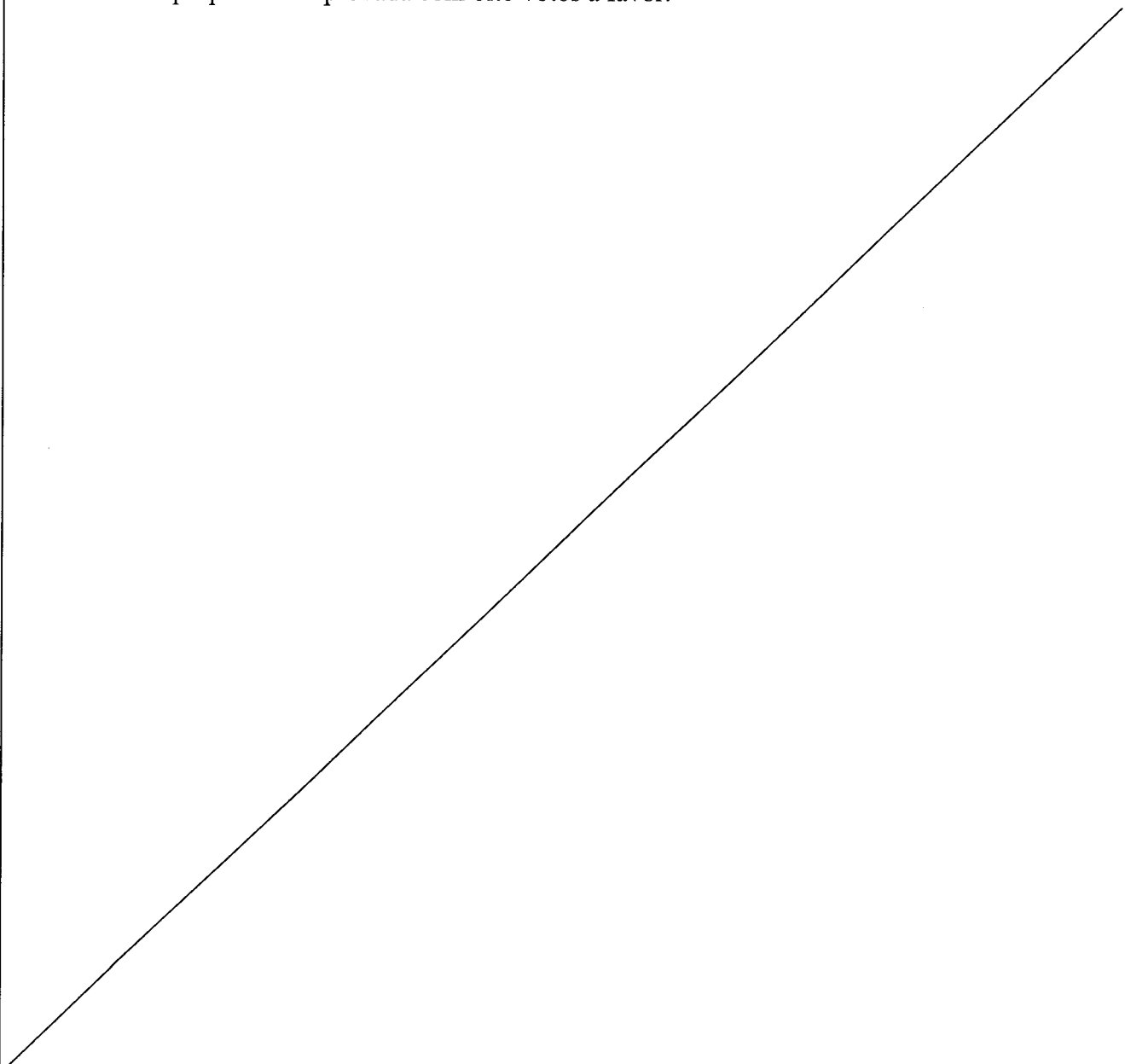
Face ao exposto, proponho que a câmara delibere atribuir ao Centro Social e Paroquial de



[Handwritten signature]

Vilarinho – Instituição Particular de Solidariedade Social um subsidio no montante de 46.485,57 € (quarenta e seis mil quatrocentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos) para ajudar a financiar o projecto acima referido, a pagar à medida da realização do investimento.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





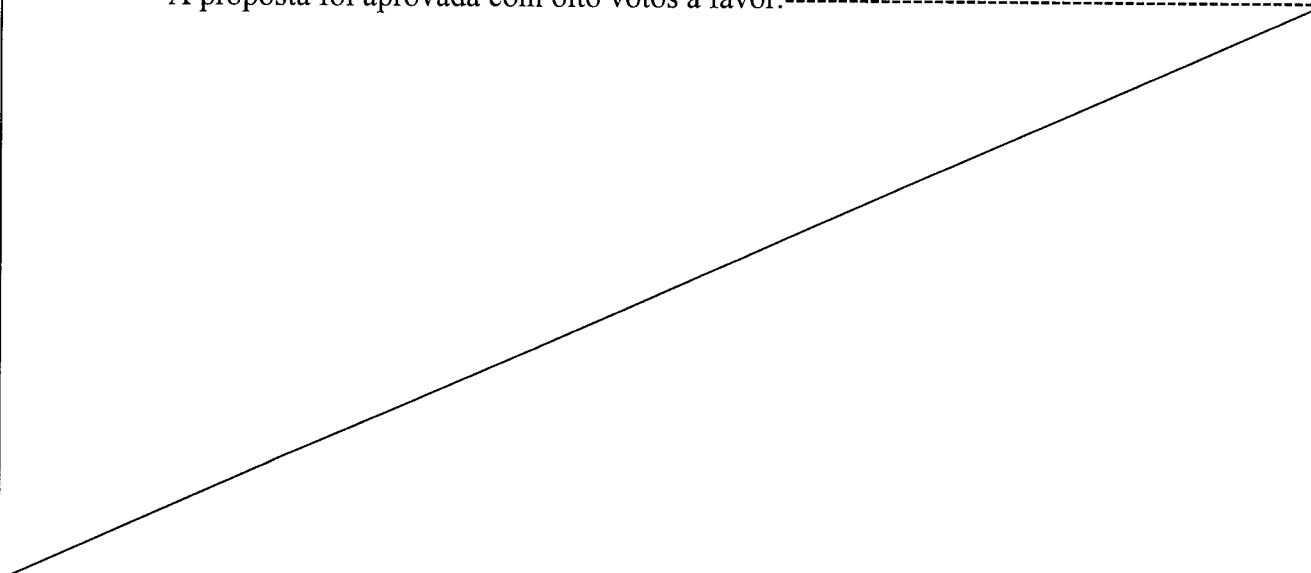
11. D) À JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA LONGA: Pavimentação de um troço da Rua de Covas e da Travessa de Covas.-----

Presentes ofícios da Junta de Freguesia de Água Longa, de trinta e um de Março último, registados com os números cinco mil cento e quarenta e sete e cinco mil cento e quarenta e oito, a solicitar a atribuição de um subsidio para custear as despesas com a realização das obras acima referidas.-----

A Divisão de Vias informa, em vinte e três de Abril último, quais os trabalhos que devem ser realizados no âmbito da obra em causa, cuja estimativa orçamental, de acordo com o mapa de trabalhos anexo àquela informação é de 19.124,62 € (dezanove mil cento e vinte e quatro euros e sessenta e dois cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Água Longa um subsidio no montante de 19.124,62 € (dezanove mil cento e vinte e quatro euros e sessenta e dois cêntimos) para custear as despesas com a pavimentação de um troço da Rua de Covas e da Travessa de Covas, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Handwritten signature and initials.

11. E) À JUNTA DE FREGUESIA DE BURGÃES: Realização de obras em diversos arruamentos da freguesia.-----

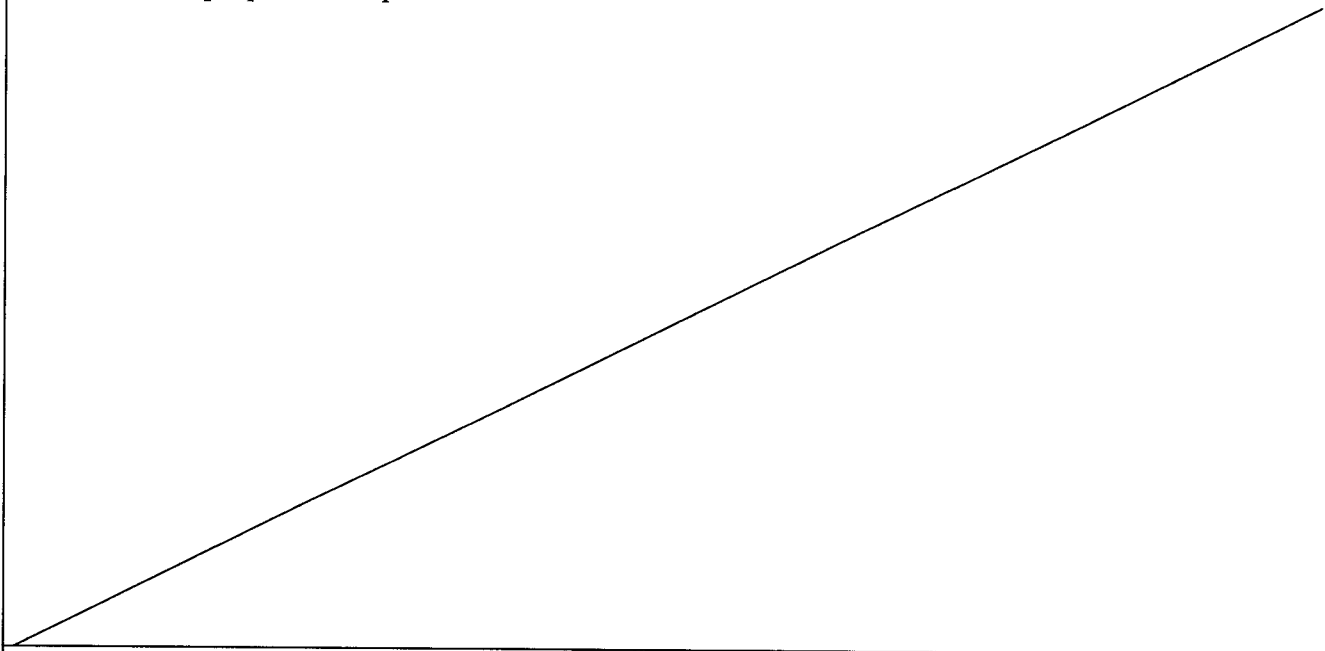
Presente ofício da Junta de Freguesia de Burgães, de seis do corrente mês de Maio, registado com o número seis mil setecentos e setenta e um, a solicitar a atribuição de um subsidio no montante de 15.000,00 € (quinze mil euros) para custear as despesas realizadas com as obras de rectificação e Pavimentação da Travessa da Ramada, Pavimentação da Rua da Quintas e da Travessa de Quintas e com a Rectificação e Pavimentação do Largo da Devesa.-----

A Divisão de Vias informa, em quatro do corrente mês de Maio, que o valor total dos trabalhos em causa, de acordo com a quantificação dos trabalhos a executar em cada arruamento, é de 32.217,64 € (trinta e dois mil duzentos e dezassete euros e sessenta e quatro cêntimos) com IVA incluído.-----

Mais informam que a Pavimentação da Travessa de Quintas se encontra concluída.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Burgães um subsidio no montante de 15.000,00 € (quinze mil euros), conforme solicitado.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





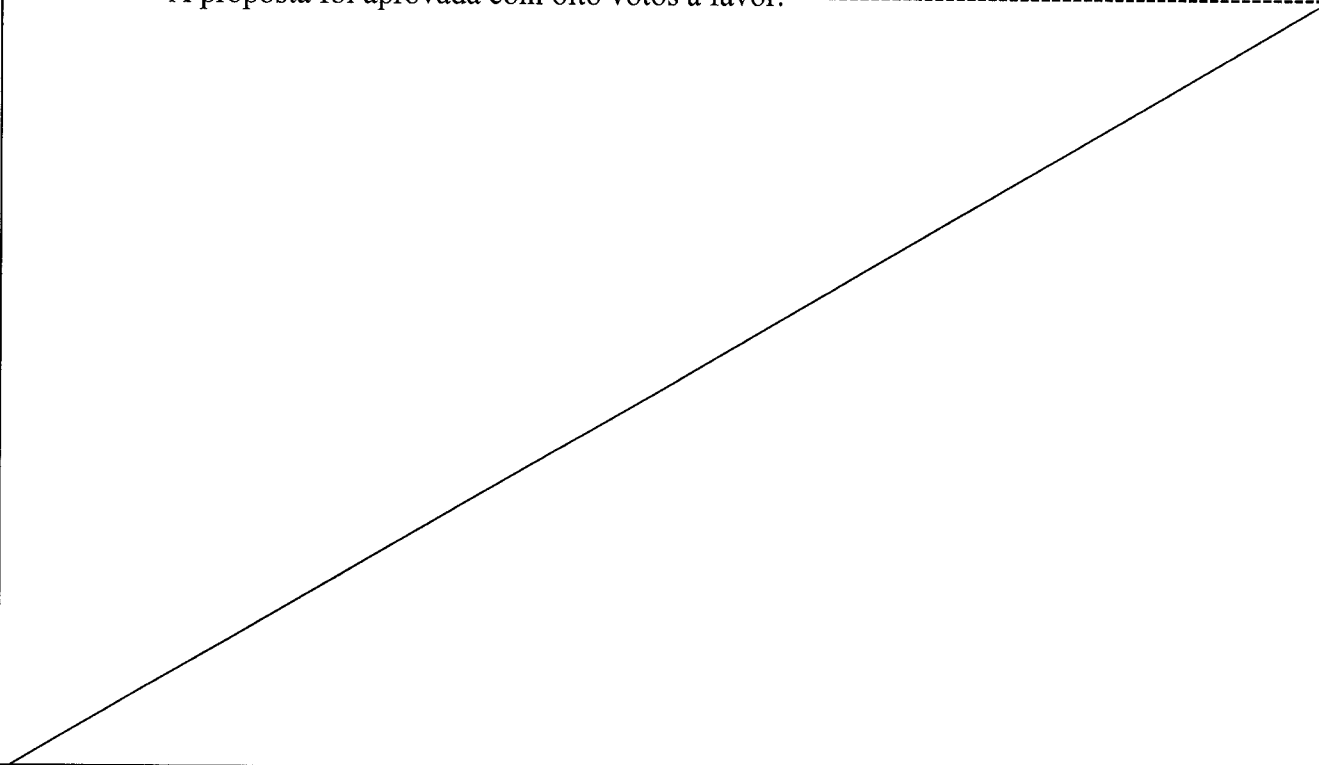
11. F) À JUNTA DE FREGUESIA DE RORIZ: BENEFICAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR DA RIBEIRA: REFORÇO DE SUBSIDIO-----

Presente informação de dez de Setembro último, da Divisão de Edifícios, registada com o número seis mil setecentos e setenta e seis / dois mil e nove, a comunicar que no decurso da execução da obra acima referida, mostrou-se necessário executar trabalhos não inicialmente previstos, essenciais ao bom acabamento da obra.-----

Mais informam que o valor dos trabalhos a mais realizados, em relação ao valor do subsidio atribuído por deliberação camarária de vinte e três de Julho de 2008 (item 9.C) da respectiva acta) é de 3.991,30 € (três mil novecentos e noventa um euros e trinta cêntimos).-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Roriz um subsidio no montante de 3.991,30 € (três mil novecentos e noventa um euros e trinta cêntimos) em reforço do subsidio anteriormente atribuído para a obra acima identificada.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





11. G) JUNTA DE FREGUESIA DE AGRELA: Beneficiação da cobertura do edifício sede da Junta.-----

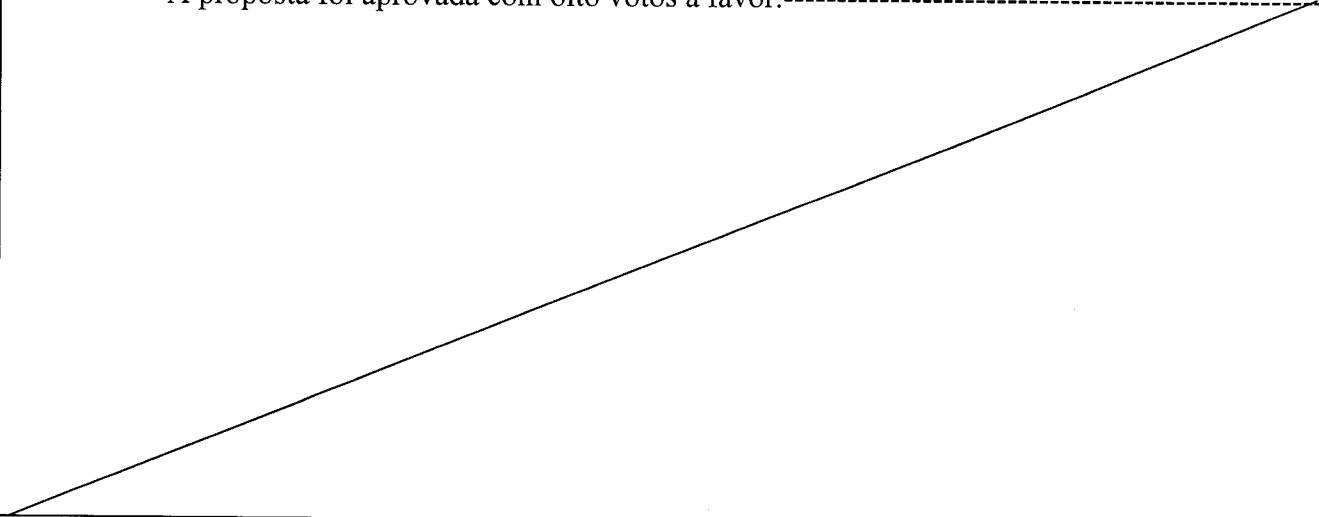
Presente ofício da Junta de Freguesia de Agrela, de dezoito de Setembro último, registado com o número dezasseis mil quinhentos e oitenta e oito, a solicitar a intervenção dos serviços técnicos da câmara para a realização de obras de beneficiação do edifício sede da Junta.-----

A Divisão de Vias informa, em onze de Novembro último, que se mostra necessário proceder à substituição da cobertura do edifício em causa, uma vez que a existente se encontra bastante degradada, com infiltrações e sem condições térmicas.-----

Mais informa quais os trabalhos que se mostram necessários para a resolução da situação, cuja estimativa orçamental, de acordo com o mapa de trabalhos anexos à informação, é de 17.836,35 € (dezassete mil oitocentos e trinta e seis euros e trinta e cinco cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Agrela um subsídio no montante de 17.836,35 € (dezassete mil oitocentos e trinta e seis euros e trinta e cinco cêntimos) para custear as despesas com a obra acima referida, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





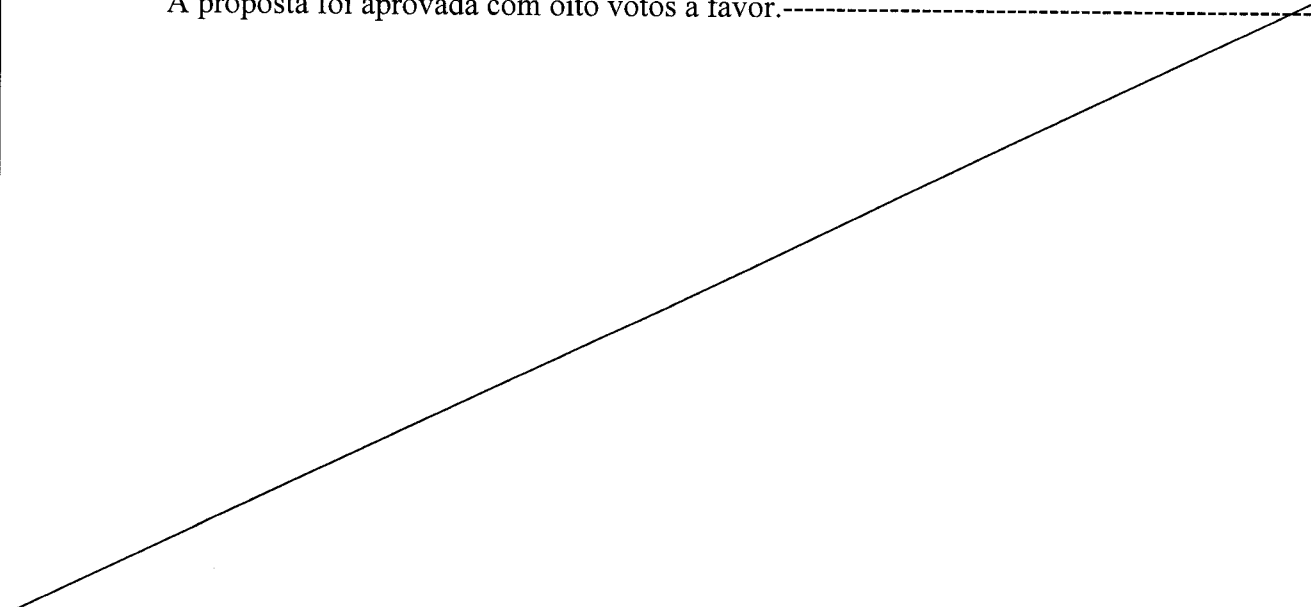
11. H) À JUNTA DE FREGUESIA DE CARREIRA (S. TIAGO) : Pavimentação da Rua das Broteiras.-----

Presente ofício da Junta de Freguesia da Carreira (S. Tiago), de dezassete de Março último, registado com o número cinco mil quinhentos e quatro, a solicitar a atribuição de um subsidio para custear as despesas com a realização da obra acima referida.-----

A Divisão de Vias informa, em trinta de Abril último, quais os trabalhos que devem ser realizados no âmbito da obra em causa, cuja estimativa orçamental, de acordo com o mapa de trabalhos anexo àquela informação é de 12.389,54 € (doze mil trezentos e oitenta e nove euros e cinquenta e quatro centimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia da Carreira (S.Tiago) um subsidio no montante de 12.389,54 € (doze mil trezentos e oitenta e nove euros e cinquenta e quatro centimos) para custear as despesas com a pavimentação da Rua das Broteiras – 1ª fase, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





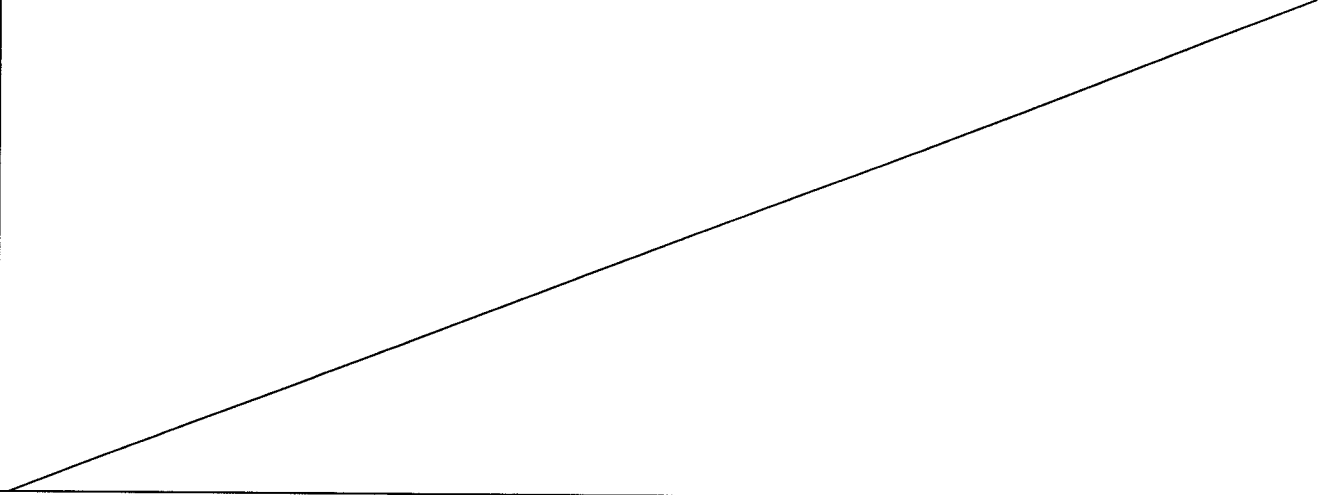
11. D) À JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA LONGA: Pavimentação de um troço da rua de S. José.-----

Presente ofício da Junta de Freguesia de Água Longa, de trinta e um de Março último, registado com o número cinco mil cento e cinquenta, a solicitar a atribuição de um subsidio para custear as despesas com a realização da obra acima referida.-----

A Divisão de Vias informa, em oito do corrente mês de Maio, quais os trabalhos que devem ser realizados no âmbito da obra em causa, cuja estimativa orçamental, de acordo com o mapa de trabalhos anexo àquela informação é de 8.708,27 € (oito mil setecentos e oito euros e vinte e sete cêntimos), com IVA incluído. Mais informam que se for adoptada a solução de pavimentação em cubos de granito, a estimativa orçamental é de 9.566,39 € (nove mil quinhentos e sessenta e seis euros e trinta e nove cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Água Longa um subsidio no montante de 9.566,39 € (nove mil quinhentos e sessenta e seis euros e trinta e nove cêntimos) para custear as despesas com a pavimentação de um troço da Rua de S. José, sendo a pavimentação em cubos de granito, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





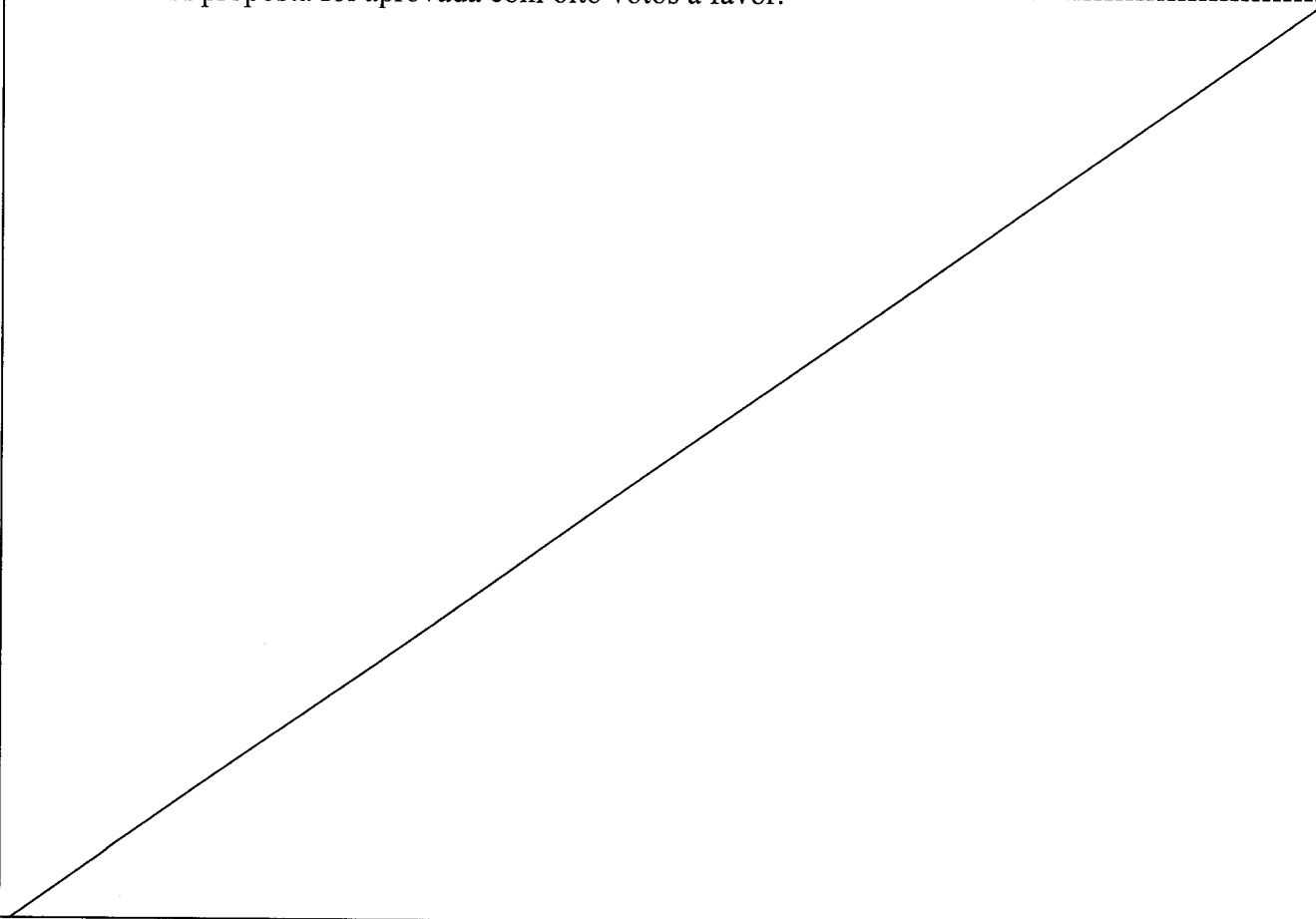
J
7

11. J) À JUNTA DE FREGUESIA DE S. SALVADOR DO CAMPO: TORNEIO DE TÊNIS.-----

Presente e-mail da Junta de Freguesia S. Salvador do Campo, de catorze do corrente mês de Maio, registado com o número seis mil setecentos e sessenta e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros) para ajudar a custear as despesas com o Torneio de Ténis que está a decorrer naquela freguesia.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de S. Salvador do Campo um subsídio no montante de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





11. K) À JUNTA DE FREGUESIA DE RORIZ – “Rectificação e Pavimentação da Rua de Mouros – 3ª fase”-----

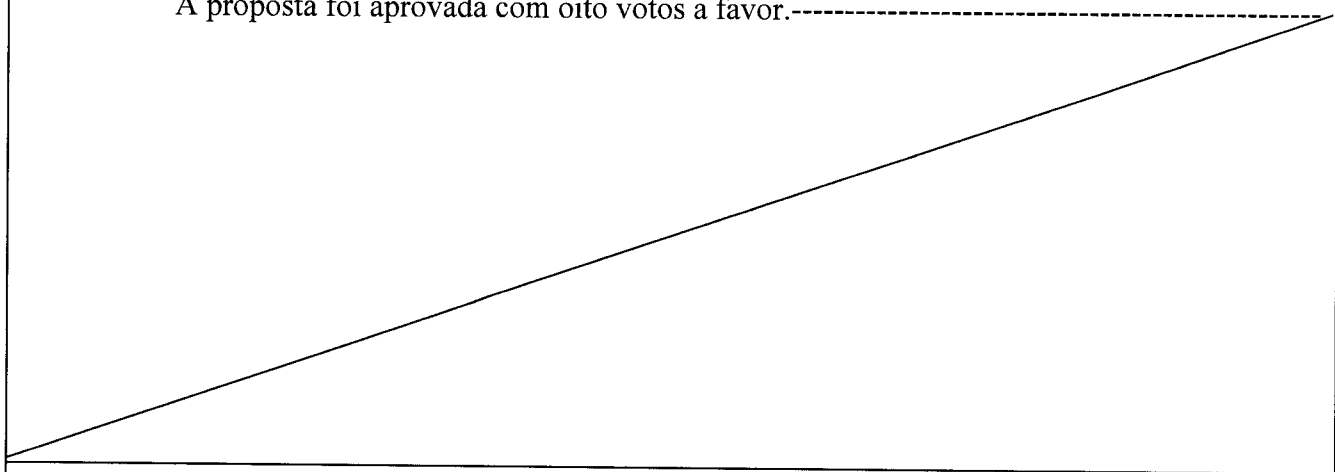
Presente ofício de vinte e sete de Abril findo, da Junta de Freguesia de Roriz, registado com o número seis mil duzentos e setenta e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a 3ª e última fase da obra de “Rectificação e Pavimentação da Rua de Mouros”.-----

A Divisão de Vias informa, em quinze do corrente mês de Maio, quais os trabalhos que se mostram necessários executar para a conclusão da obra, que irá trazer bastantes melhorias ao sistema rodoviário de Roriz, na medida em que reduzirá bastante as deslocações entre dois lugares da freguesia e permitirá a circulação em condições de comodidade e segurança para todos os que utilizem aquela via.-----

Mais informam que a estimativa orçamental dos trabalhos é de 33.963,76 € (trinta e três mil novecentos e sessenta e três euros e setenta e seis cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Roriz um subsídio no montante de 33.963,76 € (trinta e três mil novecentos e sessenta e três euros e setenta e seis cêntimos), para custear as despesas com a obra acima referida, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





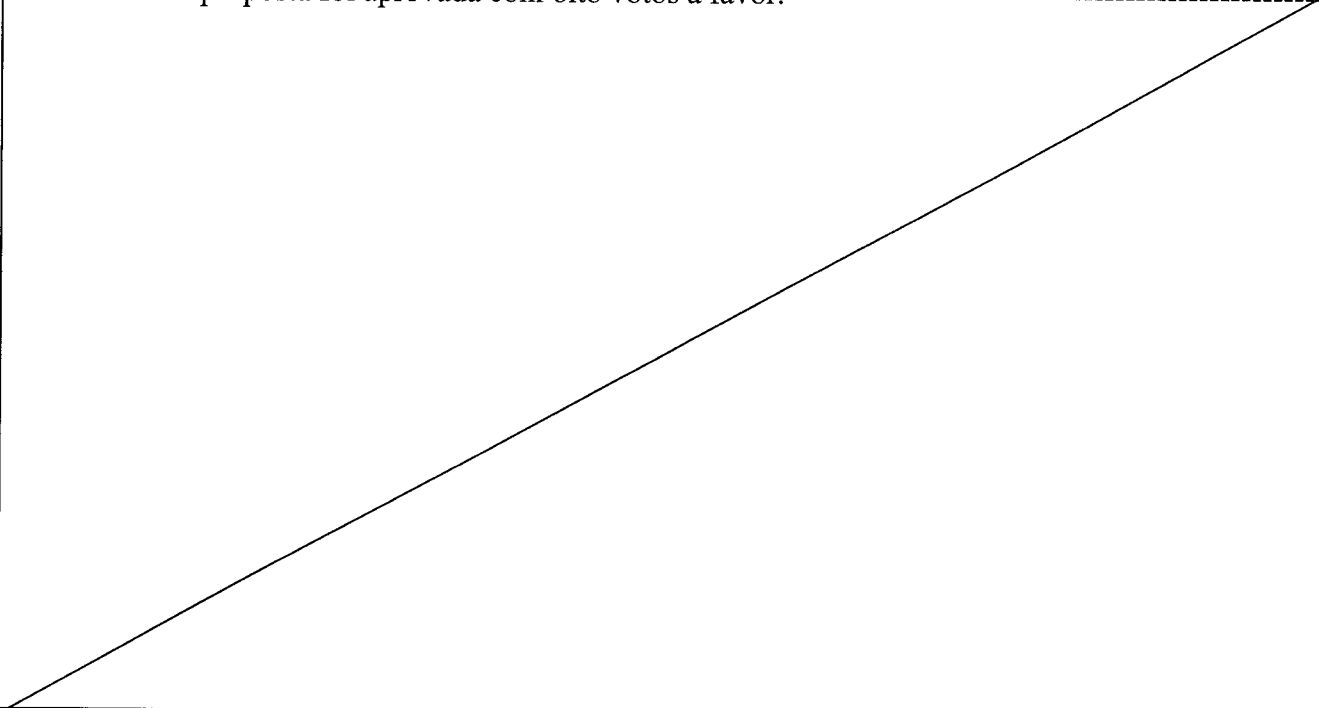
11. L) À JUNTA DE FREGUESIA DE RORIZ – “Rectificação e Pavimentação da Rua Quinta de Virões – 1ª fase”-----

Presente estudo elaborado pela Divisão de Vias, datado de dezoito do corrente mês de Maio, registado com o número seis mil oitocentos e onze, relativo à execução da obra acima identificada, que se mostra necessária atendendo a que o estado actual do pavimento dificulta a circulação no local em condições de segurança e comodidade.-----

A estimativa orçamental dos trabalhos a realizar é de 56.995,76 € (cinquenta e seis mil novecentos e noventa e cinco euros e setenta e seis cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Roriz um subsídio no montante de 56.995,76 € (cinquenta e seis mil novecentos e noventa e cinco euros e setenta e seis cêntimos) para custear as despesas com a obra acima referida, a executar com acompanhamento técnico e fiscalização dos serviços da câmara, e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

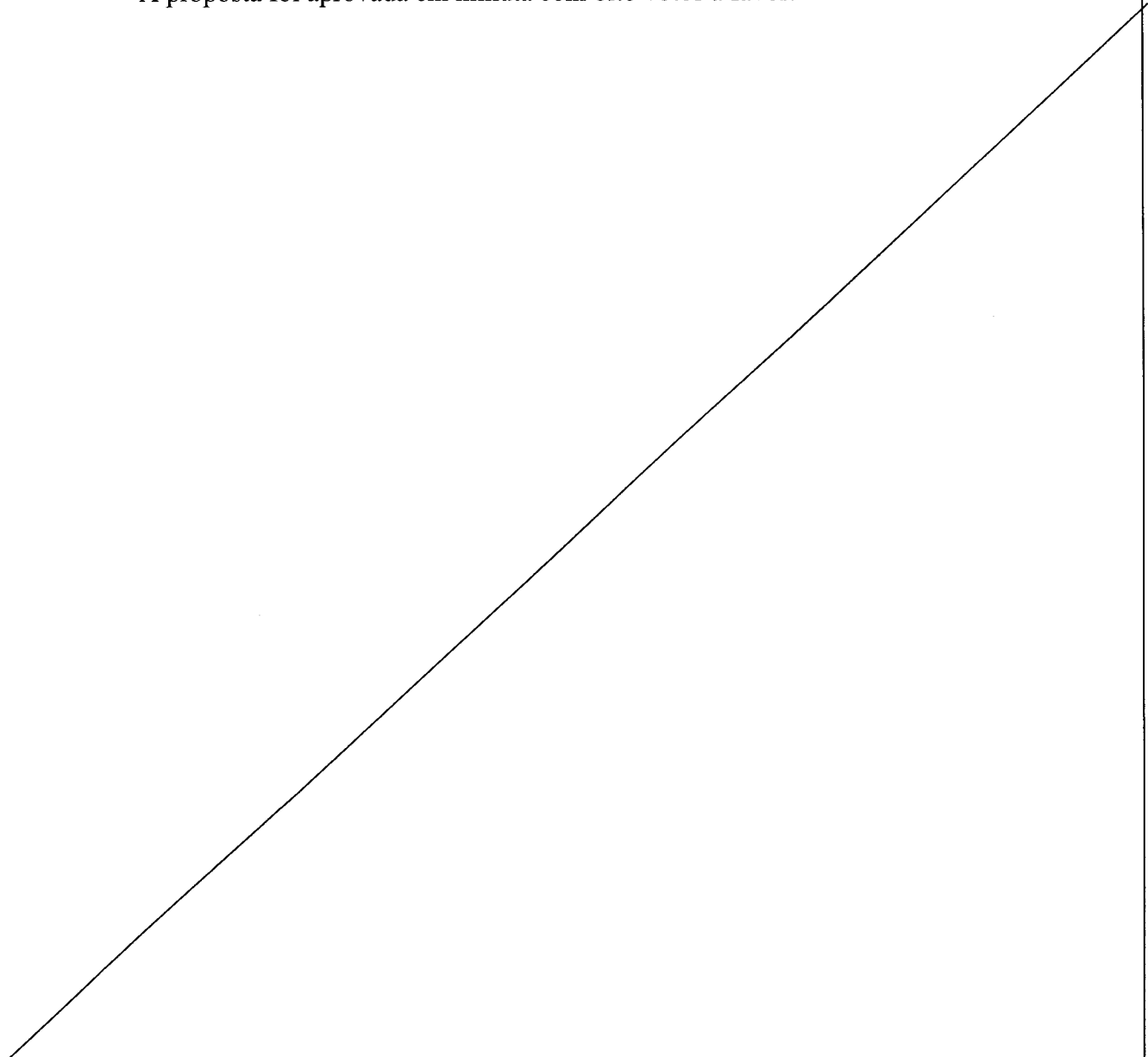




[Handwritten signature]

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A proposta foi aprovada em minuta com oito votos a favor.-----

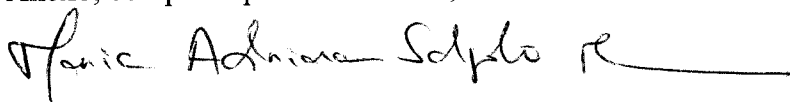




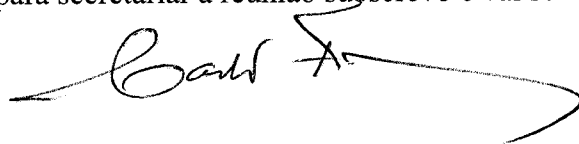
ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Dez horas e quarenta e cinco minutos, sem público assistente.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem cinquenta e duas folhas, apenas utilizadas no anverso e um Anexo, composto por cinco folhas, relativo ao item oito da ordem do dia da presente reunião, que eu



funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 3 / 6 / 2009, conforme consta do item um da respectiva acta (folhas Seis da respectiva minuta).-----

A Secretária,

